

TETO, TERRA E TRABALHO

A AUTONOMIA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO
DA MORADIA NOS ASSENTAMENTOS DO
PLANALTO NORTE CATARINENSE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Metodologia

2. TERRA LIVRE E AS QUESTÕES FUNDIÁRIAS

2.1 Aspectos históricos e de ocupação

2.2 Características da terra

3. PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO

4. PROPOSTA MORADIA

REFERÊNCIAS

Como exercício para conclusão do curso em Arquitetura e Urbanismo, o presente trabalho busca desenvolver uma proposta de moradia rural modelo que possa atender às demandas dos assentamentos da reforma agrária na microrregião de Canoinhas/SC.

5 Para tanto, parto da análise do pré-assentamento Terra Livre, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

7 com o objetivo de contribuir com o processo emancipatório dos

8 futuros assentados no que concerne à produção habitacional e

10 projeto de assentamento qualificados.

18 O trabalho tem sua origem em três motivações principais. A primeira, de valorizar minha origem, tanto do ponto de vista regional

22 como pela vivência no campo, pois durante a infância acompanhei meus pais na transição de trabalhadores rurais para trabalhadores urbanos, dada a dificuldade em produzir renda apenas do cultivo da terra. A segunda, de construir um projeto calcado na realidade e que contribua na interlocução sociedade-universidade, exercendo a função social da arquitetura. Por fim, a terceira surge pelo contato com assentados do MST no ano de 2020 na UFSC, quando conheci a luta do movimento e a sua importância para a conquista de direitos dos trabalhadores rurais, com um processo formativo e emancipatório.

Essas motivações foram paulatinamente aprimoradas no decorrer dos 6 anos de graduação que moldaram um entendimento sobre a função social da arquitetura. Destaco o papel do Programa de Educação Tutorial da Arquitetura e Urbanismo (PET/ARQ) que me proporcionou o contato com experiências focadas na habitação de interesse social não urbana, sobretudo na experiência de construção de 22 Unidades Habitacionais junto à comunidade de remanescentes do quilombo Santa Cruz, em Paulo Lopes/SC. O trabalho junto à Comissão de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (CATHIS), no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, durante meu estágio, aproximou as questões jurídicas e administrativas da profissão e dos conflitos fundiários e habitacionais no estado. O debate sobre os conflitos de classe e sua correlação com a produção do espaço, a participação de extensões universitárias, o aprofundamento sobre os aspectos construtivos, históricos e jurídicos da arquitetura social e, principalmente, o contato com professores, pesquisadores, lideranças comunitárias e movimentos sociais também contribuíram para o entendimento que a arquitetura possui uma função social, na qual este trabalho se ampara.

Boa leitura!



1 INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária no Brasil foi construída ao longo dos séculos assentada na desigualdade social, refletindo as próprias relações de classe existentes em cada período (LINHARES; SILVA, 2021 p.14). Desde a invasão europeia à América Latina e subsequente estruturação de uma colônia sustentada sob intenso trabalho escravo (SINGER, 1972), até a recente penetração do mercado financeiro no espaço rural (PERES, 2021), tem-se observado a hegemonia dos interesses da classe dominante em detrimento das condições básicas de subsistência do povo no campo. Na configuração econômica atual, o desejo pela maximização e acumulação dos lucros a todo custo encontra respaldo no uso intensivo de agrotóxicos para aumento da capacidade produtiva, substituição da mão-de-obra pela mecanização, isenção de taxas e impostos na produção de commodities e, principalmente, a concentração de terras.

Dados recentes do Censo Agropecuário produzido pelo IBGE (2017) indicam que **1% dos maiores estabelecimentos rurais concentram mais de 47,6% do total de áreas agrícolas no Brasil**. Por outro lado, **64,5% dos menores estabelecimentos disputam uma porção de pouco mais de 5% das terras agrícolas**. O monopólio das fornecedoras de insumos e sementes, a falta de incentivo e suporte técnico à produção de alimentos e os efeitos da emergência climática são fatores que contribuem para a expropriação do camponês. Nessa circunstância, a solidariedade, a mobilização social, a organização e a formação política se mos-

tram um caminho necessário para que as populações pobres do campo consigam reivindicar o direito de ser camponês.

Da necessidade de enfrentamento ao jogo de poderes políticos e econômicos surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no início da década de 1980. O Movimento busca conquistar uma Reforma Agrária Popular que proporcione a emancipação dos trabalhadores rurais, com acesso pleno aos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que questiona a estrutura social e econômica vigente. Em quase 40 anos de luta, o MST já mobilizou mais de 500 mil famílias em 24 estados, promovendo ocupações em imóveis rurais que não cumprem sua função social e que, portanto, são passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária, à luz do art. 184 da Constituição Federal.

Em 2007, o MST promoveu a ocupação de um imóvel rural na cidade de Canoinhas/SC, na divisa com o município de Iriepópolis/SC (Planalto Norte Catarinense). O imóvel, de pouco mais de 100 ha, pertence ao Patrimônio Geral da União desde 1940, mas é indevidamente utilizado por uma família há mais de 50 anos, estando passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Seis famílias moram no acampamento e aguardam a decisão judicial que determinará a viabilidade de regularização do Assentamento, desta forma as famílias se veem incapazes de acessar subsídios e créditos para a produção agrícola, conviven-

do com a precariedade habitacional e de infraestrutura.

Ciente da necessidade de melhorias da infraestrutura no Acampamento Terra Livre, da importância da habitação para a permanência no campo e da ausência de políticas públicas específicas para a temática, **é objetivo deste trabalho desenvolver um projeto arquitetônico de moradia rural, direcionado para os assentamentos da reforma agrária na microrregião de Canoinhas/SC, a partir do estudo de caso do Pré-Assentamento Terra Livre**. O projeto também pretende desenvolver um plano de uso e ocupação do Pré-assentamento, tendo como fundamento, o uso agroecológico e coletivo da terra. Intenta-se construir um material que apresente novas possibilidades de organização espacial, garantindo maior autonomia dos futuros assentados em um processo de regularização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Para tanto, será preciso entender as características culturais e históricas da região do Planalto Norte Catarinense, analisar as condições climáticas e geomorfológicas do local de implantação dos projetos, bem como as normas do INCRA.

Visto que o acirramento de crises políticas, sociais e econômicas, atreladas à perda de direitos e ascensão do neofascismo observada nos últimos anos, o trabalho visa apoiar a trajetória dos movimentos sociais, sobretudo o MST, que luta por justiça social

e dignidade aos trabalhadores rurais que resistem no campo, ou que dele já foram expulsos. Emerge-se também da necessidade de ampliar o debate sobre o papel da arquitetura no espaço rural, sobretudo em relação à habitação de interesse social e a organização espacial. Isto porque, segundo a Fundação João Pinheiro (2020 p.115), cerca de 832 mil famílias compõem a demanda habitacional rural no Brasil, fato que contribui para o êxodo rural e consequente aumento da concentração de terras. Portanto, ao unir demanda habitacional, reforma agrária e movimento social, este trabalho pretende contribuir com a discussão sobre Habitação Interesse Social rural, apresentando uma proposta arquitetônica compatível com a realidade dos trabalhadores rurais.

1.1 Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho introduz a interdisciplinaridade nos processos de levantamento e análise de dados, uma vez que as questões agrária e de moradia rural envolvem diferentes áreas de conhecimento. A seguir é apresentada um esquema gráfico com a metodologia empregada, a partir da divisão entre TCC1 e TCC2, adotada pelo Departamento ARQ/UFSC.



Conversa com as famílias do pré-assentamento Terra Livre, acompanhado da Engenheira Agrônoma G.

TCC1

01

Aprofundamento Teórico

Levantamento bibliográfico sobre a questão agrária, agroecologia, MST, moradia rural, processo de ocupação do Planalto Norte Catarinense, assentamento da Reforma Agrária.

Levantamento sobre a legislação e normas técnicas pertinentes

02

Levantamento Documental

Busca por relatórios e levantamentos sobre o Pré-Assentamento Terra Livre

Pesquisa sobre o processo jurídico que envolve a questão fundiária do Terra Livre

Participação nas disciplinas Geografia Rural (Departamento de Geografia), Laboratório de Ensino em História Social do Campesinato e Tópico Especial: Movimentos Sociais Rurais na História Brasileira (ambas do Departamento de História);

Participação no Curso de Construção Agroecológica: Canteiro Autogestionário na Escola Popular Rosa Luxemburgo, promovido pelo PEABIRU, em parceria com o MST e o CAU/SP

03

Levantamento Prático

Entrevistas com os moradores do Terra Livre

Visita técnica ao local para realização do Laudo Agrônomo preliminar

Compatibilização de mapas e diferentes base de dados

04

Aproximação com as Instituições

Aproximação com as famílias do Pré-assentamento Terra Livre para compreender suas demandas e qual papel o TCC poderia desempenhar na luta pelo acesso à terra e à moradia

Aproximação com o INCRA para compreender os processos administrativos relacionados com o Terra Livre

Aproximação à Promotoria do INCRA para melhor compreensão do entrave jurídico acerca da questão fundiária no assentamento

Aproximação à eng. Agrônoma Gabriela para auxílio na elaboração de laudo agrônomo do Terra Livre

05

Mapeamentos e Diretrizes de Intervenção

Revisão do material produzido para o estabelecimento de diretrizes de intervenção

Mapeamento das condições de ocupação atual do Terra Livre

Pesquisa sobre legislações ambientais e técnicas sobre a elaboração de projetos de assentamento federais

Definição de Diretrizes de intervenção

TCC2

06

Proposta de Ocupação do Assentamento

Programa de Necessidades e Fluxograma

Critérios para elaboração do projeto

Desenho de proposta de ocupação e implantação das moradias

Apresentação e discussão da proposta junto às famílias do Terra Livre

07

Proposta de Moradia

Discussão sobre o programa e técnicas construtivas

Análise das condições climáticas locais

Elaboração do projeto de moradia e das infraestruturas que a complementam

Elaboração de projeto do Centro Comunitário na centralidade do Pré-Assentamento



2 TERRA LIVRE E A QUESTÃO FUNDIÁRIAS

O Planalto Norte Catarinense engloba 13 municípios, em uma área de mais de 11 mil km². Até o século XX, a região era ocupada por sertanejos que extraíam seu sustento da agricultura de subsistência com a potencial comercialização do excedente, despojuados da incorporação de mecanização na produção. A disponibilidade de madeira, ervais nativos, animais e pinhão presentes na floresta dos pinhais, criava espaço para práticas extrativistas em harmonia com o bioma. Do ponto de vista da incorporação de terras, os sertanejos utilizavam o empossamento como principal forma de reivindicar para si determinado território, sem a necessária oficialização da propriedade. Mais tarde, essa instabilidade jurídica sobre a propriedade das terras facilitou despejos sumários para a constituição de latifúndios e para alavancar o lucro do capital internacional.

O início do século XX é marcado pela penetração do capital internacional, melhoria da acessibilidade à região e o consequente esgarçamento do tecido social, culminando em terríveis conflitos fundiários. Entre os anos de 1910 e 1917, foi construído o trecho catarinense da linha férrea que conecta São Paulo e Rio Grande do Sul com o objetivo de intensificar a colonização do meio oeste sulista e facilitar as transações comerciais entre os estados. A concessionária responsável pela execução, "Brazil Railway Company", detinha o direito de propriedade de 15km de ambos os lados do eixo ferroviário com liberdade para exploração da madeira, além da colonização do território.

A possibilidade de exploração quase irrestrita da mata de araucárias logo se mostrou altamente lucrativa para a Brazil Railway, visto a disponibilidade de madeiras nobres como imbuías, canelãs pretas, cedros e cabriúvas com alto valor para exportação. Assim, em 1910 a companhia decide instalar uma madeireira para a extração e exportação desses recursos. Considerada na época a maior e mais tecnológica madeireira da América Latina, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company foi instalada no atual município de Três Barras/SC, próxima ao trecho ferroviário que conecta a região ao porto de São Francisco do Sul e Paranaguá, facilitando o escoamento da mercadoria. Tendo em vista a alta lucratividade da extração da madeira às custas da expropriação dos sertanejos, a Lumber adquiriu novos terrenos, chegando a possuir aproximadamente 20% do território da região.

Depois de muitos anos de exploração, **em 1940 a Brazil Railway Company foi estatizada pelo Decreto-Lei nº 2.346, de 22 de julho de 1940**, no então governo de exceção de Getúlio Vargas. A estatização derivou da má administração das empresas pertencentes ao grupo de Percival Farquhar que, por sua vez, abrangiam áreas consideradas relevantes para o projeto econômico e político da Era Vargas. Assim, transferir a administração das empresas para o Estado se mostrava um caminho coerente para o desenvolvimento nacional. **Além da Brazil Railway, a estatização englobou outras 11 empresas vinculadas ao grupo,**

incluindo a Lumber e todo seu patrimônio fundiário.

Com a estatização da madeireira houve o confisco de seus bens pela União, o que incluía os imóveis rurais adquiridos entre 1910 e 1940 e os lotes próximos à linha férrea que ainda não haviam sido comercializados aos imigrantes europeus. Em 1952, o Ministério da Guerra tem averbado o recebimento de bens da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, por meio da qual foram transferidos vários terrenos que totalizaram 298.332.482 m² (12.327,78 alqueires). Ou seja, **as terras que outrora pertenceram aos sertanejos, expulsos pela Lumber, agora voltam a ser terras públicas - bens coletivos essenciais para a reparação das injustiças cometidas na Guerra do Contestado.** Entretanto, no período entre o Decreto e a transferência das terras ao Ministério da Guerra, parte dos imóveis foram grilados por diversas famílias, sem o devido trâmite para a alienação. Além disso, pouco antes da solicitação do Ministério da Guerra pela averbação das terras, em 1949, é aberto um questionável edital para alienação de parte dos bens da Lumber. O edital foi arrematado por 3 empresas pertencentes ao mesmo proprietário, Alberto Dalcanale, com excedente de apenas 100 mil cruzeiros sobre o lance mínimo de 50 milhões. Mesmo assim, dada a disponibilidade de mais de 12 mil alqueires de terras públicas, ainda restou ao patrimônio da União considerável montante. Somente em 1987 houve, de fato, averbação acerca da incorporação do bem ao Patrimônio da União.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E DE OCUPAÇÃO DO TERRA LIVRE

Ciente das injustiças cometidas ao longo do século XX, o MST realizou em 2007 um levantamento das famílias sem-terra na região de Canoinhas. **Cerca de 500 famílias foram identificadas pelo movimento, dentre elas as famílias que fundariam posteriormente o pré-assentamento TERRA LIVRE**, denunciando a necessidade de promover ações para a garantia do direito à moradia.

Em uma primeira ação, munidos de lonas, cordas e coragem, rompemos as cercas e adentramos as terras pertencentes ao Exército Brasileiro, na cidade de Papanduva/SC. A ocupação serviu como denúncia às condições pelas quais o exército adquiriu aqueles mais de 10 mil hectares às custas da desapropriação do campesinato sem a justa indenização na década de 1960. Aliás, em 2007 havia indícios de que o exército arrendava suas terras para latifundiários. Depois de 24 horas de ocupação, um acordo foi firmado com o exército para a retirada, tendo a ciência de que o objetivo de denunciar a contradição de uso dessa terra pública para o agronegócio foi bem sucedida.

Do terreno do exército, migramos para o município de Irineópolis/SC, em um latifúndio assentado sobre àquelas terras públicas oriundas da estatização da Lumber. Convenientemente, a família latifundiária era proprietária de um cartório na cidade, o que facilitava processos de regularização de documentos e notas frias. Sem surpresas, a justiça decidiu pela reintegração de posse em favor do latifúndio e, mais uma vez, tivemos que sair de lá sem terra, sem rumo, mas com esperança de poder encontrar uma terra para plantar e produzir alimentos.

Foi então que no dia **10 de julho de 2007 dezenas de famílias montaram acampamento, sob a lona preta, na Fazenda São Sebastião localizada em Canoinhas, onde permanecemos até hoje**. Com o passar dos dias mais famílias chegaram, fortalecendo o movimento e consolidando a ocupação. Em seu auge, cerca de 200 famílias participaram simultaneamente, organizadas em 12 núcleos de trabalho. Cada núcleo de trabalho tinha autonomia para trabalhar e desempenhar determinada função. Havia organização, solidariedade entre as famílias e a esperança de conseguir reaver as históricas injustiças cometidas naquela terra.

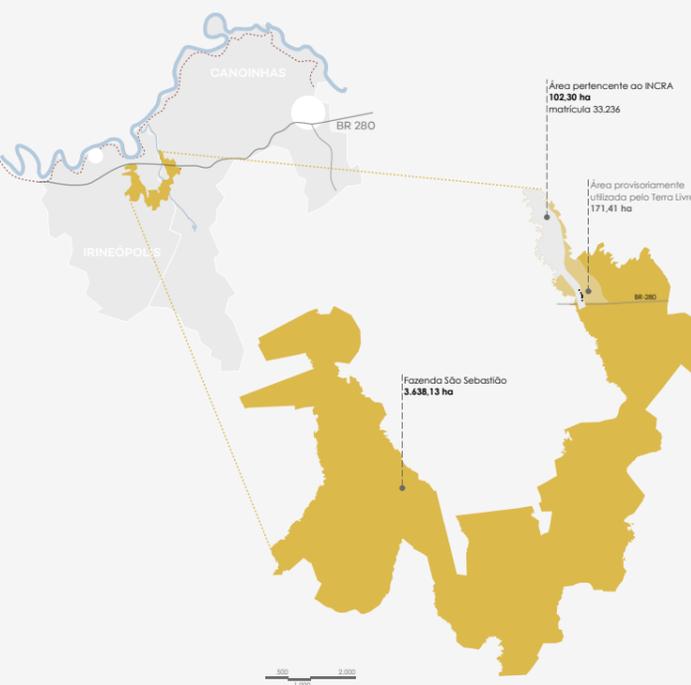
A Fazenda ocupada possui ao todo 3,6 mil hectares, dos quais 600ha não possuem amparo legal que confirme a propriedade da terra por parte do latifundiário. Ao que tudo indica, a área não escriturada remonta às terras estatizadas na década de 1940 e, desta maneira, o Estado possui o direito de reivindicar para si a posse do imóvel. E

assim o fez. Foi ocupada uma pequena parcela de pouco mais de 170ha, na esperança de reivindicar os 600ha públicos.

Desde 2009 o TERRA LIVRE luta junto ao INCRA pelo direito de usufruir e destinar o imóvel público ocupado para fins de Reforma Agrária. A vitória nos tribunais pode abrir precedentes para novas conquistas aos trabalhadores rurais do Planalto Norte, que historicamente se vêem privados do direito de ser camponês. Não é apenas o patrimônio da fazenda São Sebastião que se estrutura sob grilagem de terra pública, vale lembrar que foram mais de 12 mil alqueires transferidos ao patrimônio da União, resta saber onde se encontram e qual finalidade tomaram.

Contraditoriamente, os tribunais de primeira e segunda instância decidiram pela manutenção da posse do latifundiário mesmo cientes de que terra pública não é passível de usucapião. Aliás, no decorrer do processo, **o INCRA apresentou comprovação de que pelo menos 102,30ha da fazenda é terra pública.** Mesmo assim, o direito de sequela não foi preservado.

Com a morosidade da justiça e perspectiva de obtenção de apenas 102,30 ha, o movimento reorganizou algumas famílias em outras ocupações e assentamentos, permanecendo apenas 6 famílias no Terra Livre. Devido a instabilidade jurídica, as famílias não tiveram acesso à auxílio para permanência no campo: **não há energia elétrica, água encanada, banheiro na moradia, crédito rural, nem mesmo a geração de blocos de notas para garantir a aposentadoria.**



2007

MST constatou que mais de 500 famílias da região de Canoinhas precisavam de terra.

Abril

1ª Ocupação Exército

500 famílias organizadas pelo MST ocupam o Campo de Instrução Marechal Hermes, em Papanduva. A ação durou 24 horas

2ª Ocupação Irineópolis

Após acordo com exército, as famílias migram para uma ocupação em Irineópolis, onde são despejados 4 meses depois

3ª Ocupação Terra Livre

Ocupação do atual terreno, no limite entre Canoinhas e Irineópolis. No começo eram 200 famílias com possível obtenção de 600ha

Reintegração Thomasi x MST

Família Thomasi entra com ação de reintegração de posse contra as famílias. No entanto, não conseguem comprovar a propriedade do imóvel.

Junho

2009

O Terra Livre e a família Thomasi promovem acordo para que as famílias ocupantes utilizassem a porção ocupada até o fim do processo

Reintegração Thomasi x MST

Ao tomar ciência da ocupação e potencial irregularidade na aquisição de terras públicas pela família Thomasi, o INCRA entra com o processo de reintegração de posse sobre parte da fazenda Thomasi

Julgamento 1ª Instância

Embora Terra Pública não seja passível de usucapião, magistrado decide à favor da família Thomasi

2015

Julgamento 2ª Instância

O TRF-4 manteve a decisão da primeira instância, salva guardando a permanência do Terra Livre no terreno até o fim do trâmite em julgado do processo

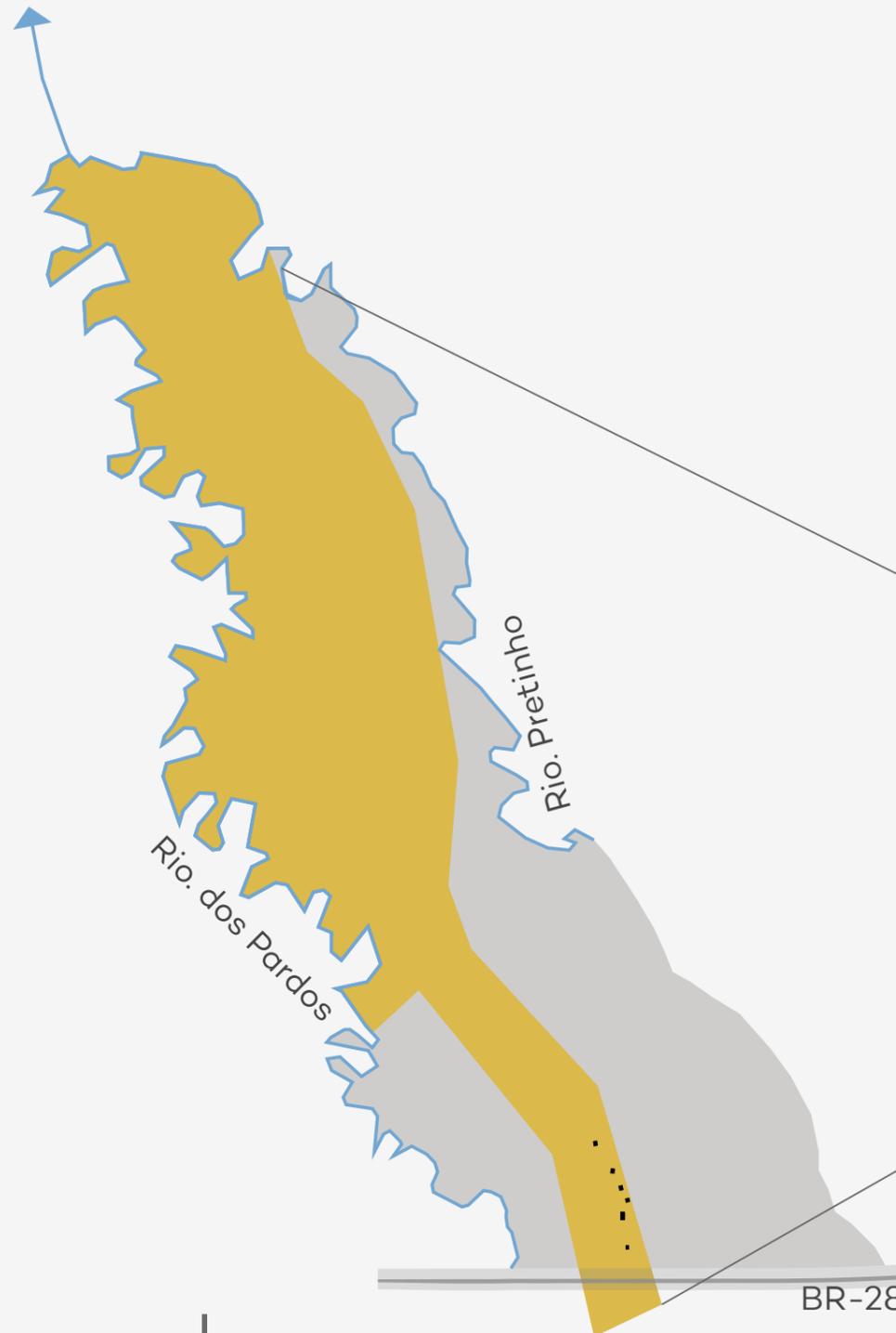
2021

20??

O processo corre em última instância no STJ. Resta saber se a justiça novamente decidirá em favor do latifúndio em terras obtidas de maneira irregular, ou se atentará aos princípios constitucionais da função social da terra. Não há, até então, prazo para o julgamento

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Terra Livre



Terra Livre
102,30 ha
Área com matrícula pública com potencial titulação em favor do Terra Livre



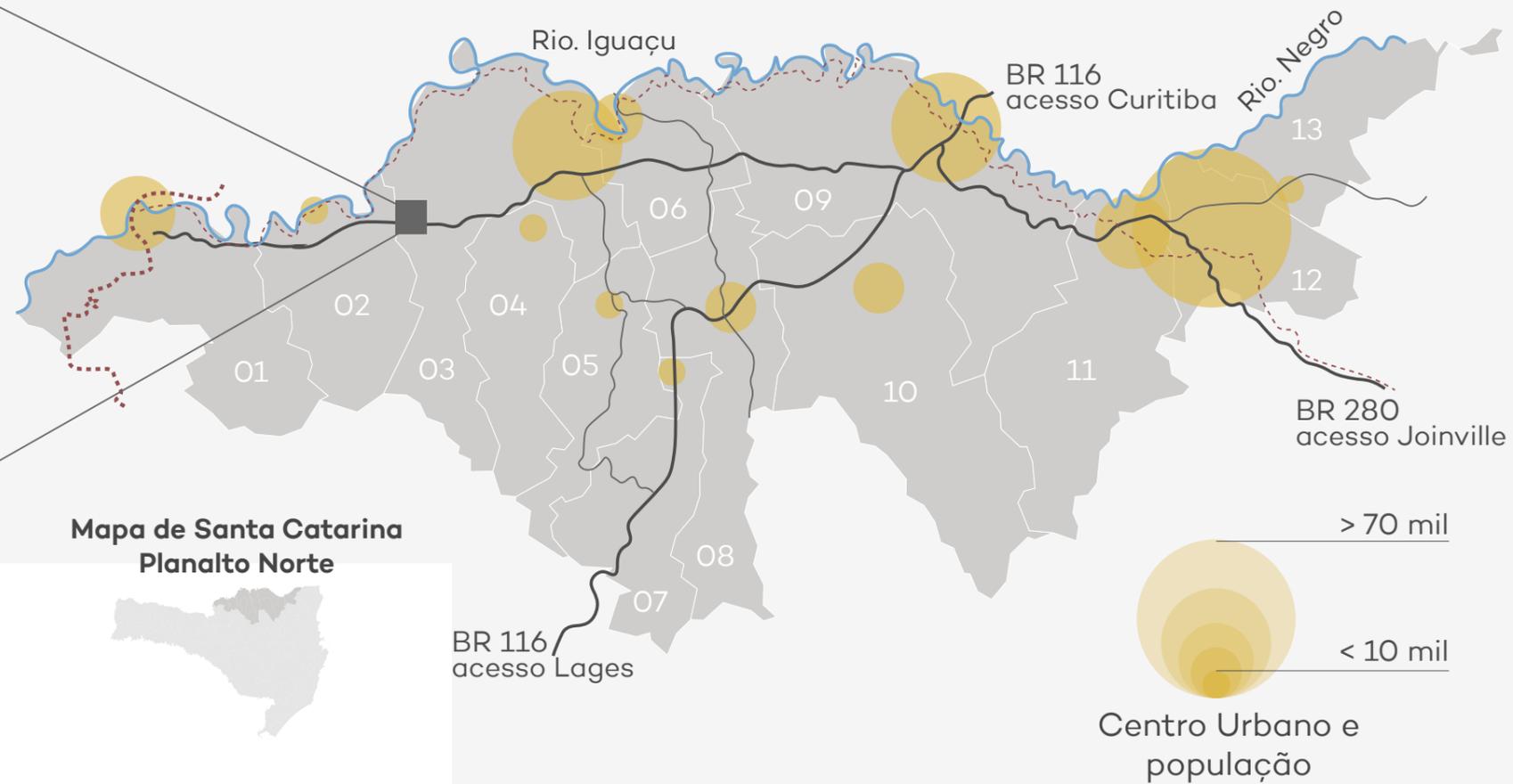
171,30 ha
Área de uso atual do Terra Livre

Principais Acessos

- Ferrovia SP - RS
- Ferrovia ramal Porto União - S. F. do Sul
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais importantes

Municípios

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| 1. Porto União | 8. Papanduva |
| 2. Irineópolis | 9. Mafra |
| 3. Canoinhas | 10. Itaiópolis |
| 4. Bela Vista do Toldo | 11. Rio Negrinho |
| 5. Major Vieira | 12. São Bento do Sul |
| 6. Três Barras | 13. Campo Alegre |
| 7. Monte Castelo | |

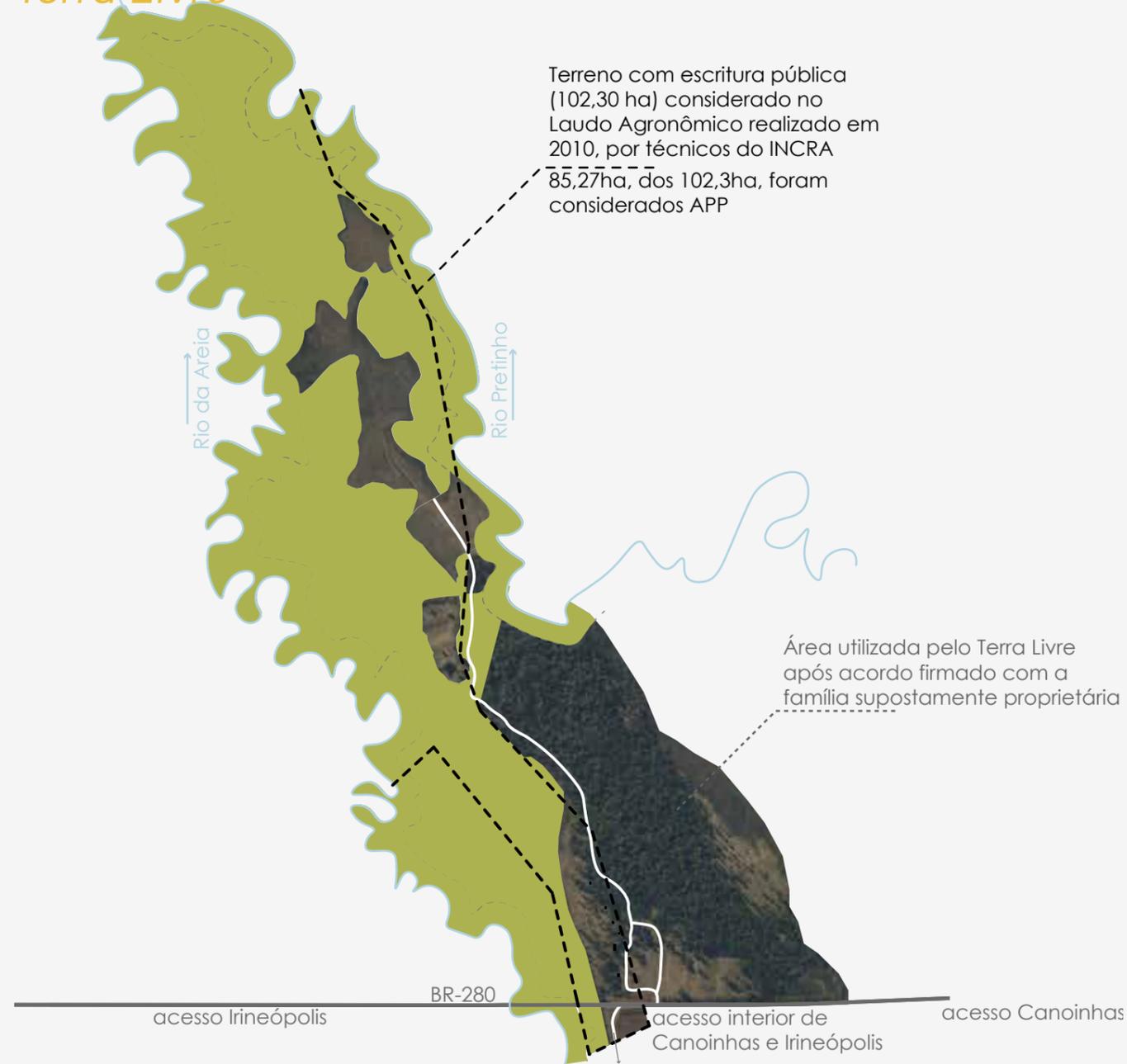


Mapa de Santa Catarina Planalto Norte



MAPA DE APP

Terra Livre



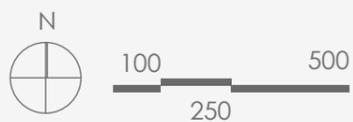
MAPA DE USO E OCUPAÇÃO ATUAL

Terra Livre



LEGENDA

APP - mata ciliar e banhado. O INCRA não disponibilizou o mapeamento das áreas de APP. Portanto, foi necessário mapear a transcrição em texto do Laudo Agrônômico, além de conversar com os moradores do Terra Livre que acompanharam o levantamento em 2010



SOJA

Cultura de soja transgênica, com uso de agrotóxico e maquinário agrícola.



MILHO

Cultura de milho com agrotóxicos para alimentação dos animais



EXTRATIVISMO

Famílias produzem renda da extração de pinhão (semente de araucária) e erva mate.



NÚCLEO HABITACIONAL

Produção de hortaliças e animais para consumo próprio e comercialização do excedente.



Porcos, vacas e galinhas



Aipim, abóbora, legumes e verduras

NÚCLEO HABITACIONAL

Características das moradias

MORADIA 1

2 adultos

Chiqueiro
Plantio
Moradia
Galpão
Horta
Poço

Morada

1 Unidade Habitacional

1 quarto 35m²

Madeira

Bateria de carro

Fogão à lenha

Patente WC Seco

Poço individual

Produção

Galpão
Armazenamento de lenha, ferramentas e produção

Não possui trator

	Venda	Consumo
Extrativismo	Erva-mate (coletivo)	Pinhão
Hortaliças	Aipim, repolho e abóbora (variável)	Aipim, abóbora e hortaliças
Grãos	Milho e soja (comp.)	Milho (porcos)
Animais	Carne de porco e leite	Carne de porco e leite

MORADIA 2

2 adultos

Plantio
Moradia
Galpão
Cx d'água
Chiqueiro e Galinheiro

Morada

1 Unidade Habitacional

2 quartos 40m²

Madeira

Bateria de carro

Fogão à lenha

Patente WC Seco

Poço individual

Produção

Galpão
Armazenamento de lenha, ferramentas, trator e produção

Possui trator

	Venda	Consumo
Extrativismo	Erva-mate (coletivo)	Pinhão
Hortaliças	Aipim, repolho e abóbora (variável)	hortaliças
Grãos	-	Milho (porcos)
Animais	Carne de porco e ovos	Carne de porco e ovos

MORADIA 3

2 adultos
2 crianças

Plantio
Moradia
Cx d'água
Galinheiro

Morada

1 Unidade Habitacional

1 quarto 30m²

Madeira

Bateria de carro

Fogão à lenha

Patente WC Seco

Poço comp.

Produção

Galpão
Não possui

Não possui trator

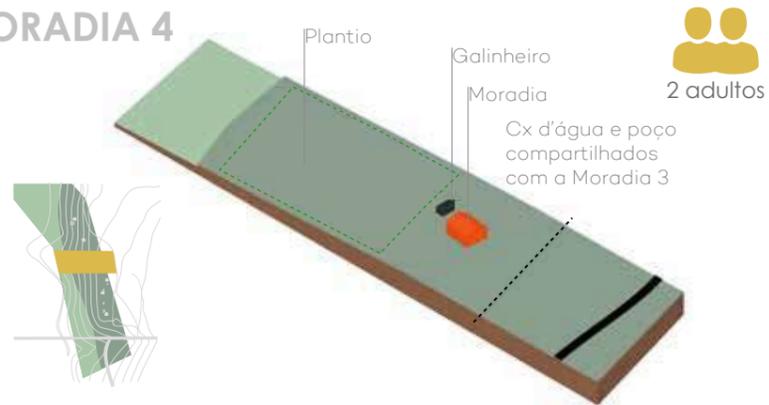
	Venda	Consumo
Extrativismo	Erva-mate e pinhão (coletivo)	Pinhão
Hortaliças	Aipim e hortaliças (variável)	Aipim e hortaliças
Grãos	-	-
Animais	Ovos	Ovos



NÚCLEO HABITACIONAL

Características das moradias

MORADIA 4



Morada



1 Unidade Habitacional

1 quarto 30m²



Produção



Não possui



Extrativismo



Erva-mate e pinhão (coletivo)

Pinhão

Hortaliças



Aipim e hortaliças (variável)

Aipim e hortaliças

Grãos



-

-

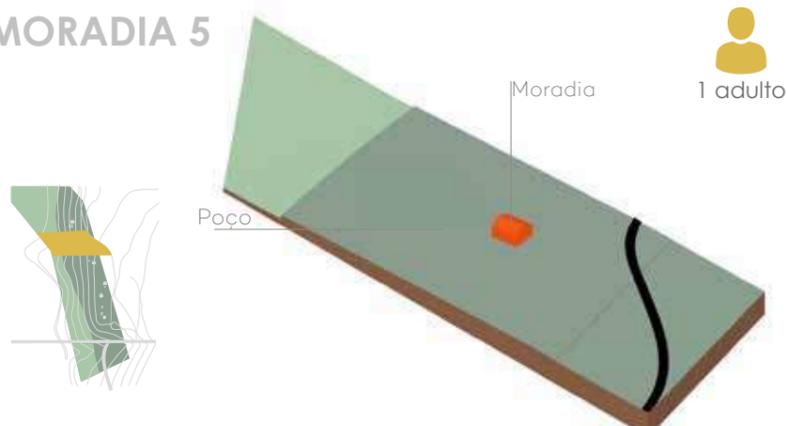
Animais



Ovos

Ovos

MORADIA 5



Morada



1 Unidade Habitacional

1 quarto 30m²



Produção



Não possui



Extrativismo



Erva-mate e pinhão (coletivo)

Pinhão

Hortaliças



-

-

Grãos



-

-

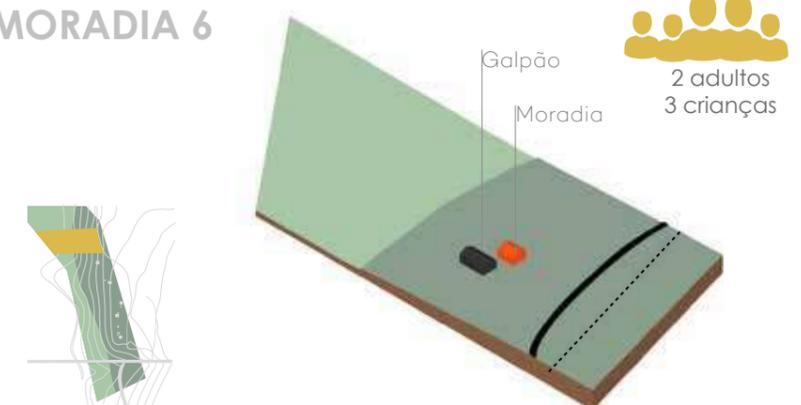
Animais



-

-

MORADIA 6



Morada



1 Unidade Habitacional

1 quarto 30m²



Produção



Armazenamento de lenha, ferramentas, trator e produção



Extrativismo



Erva-mate (coletivo)

Pinhão

Hortaliças



-

-

Grãos



Milho e soja (comp.)

-

Animais



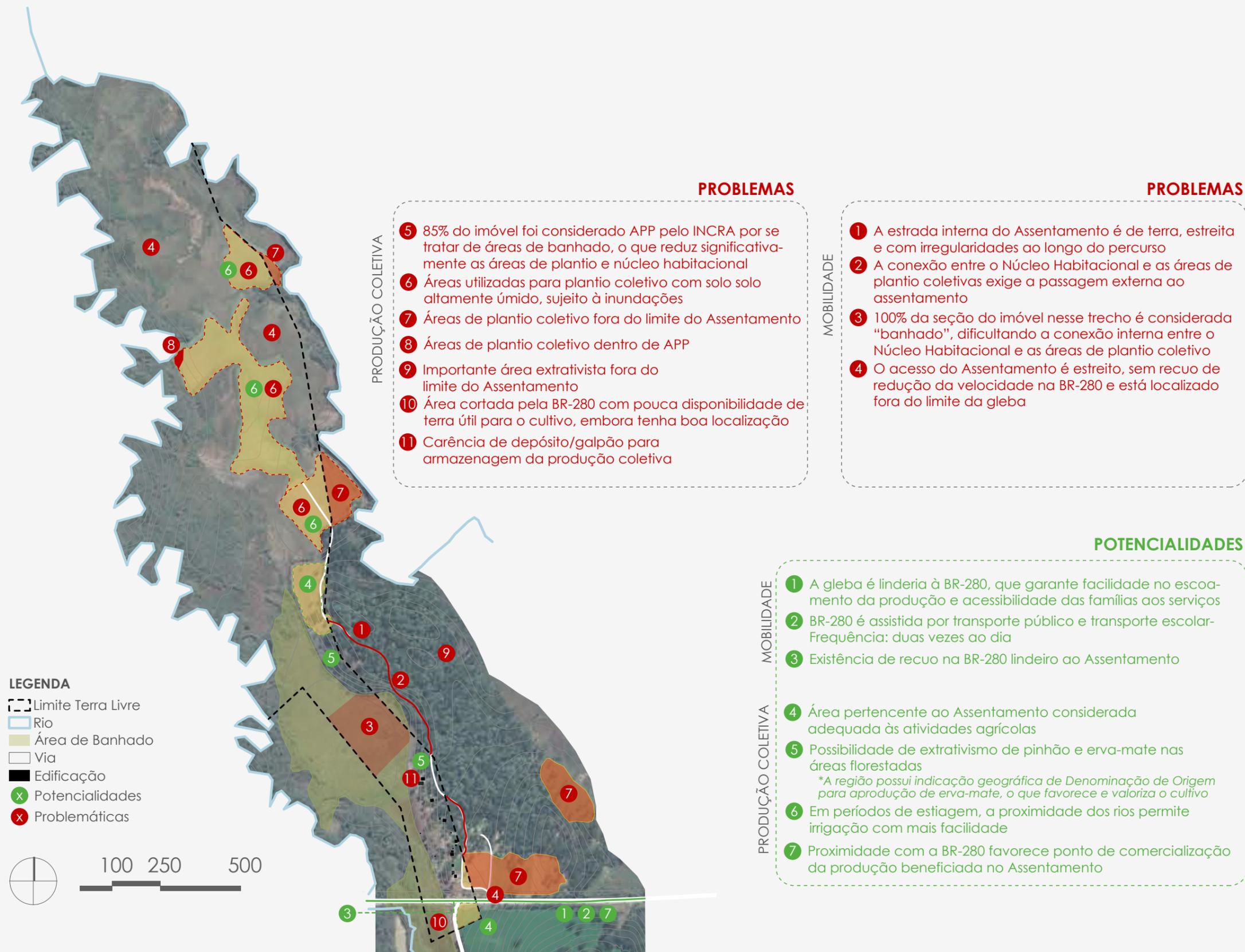
-

-



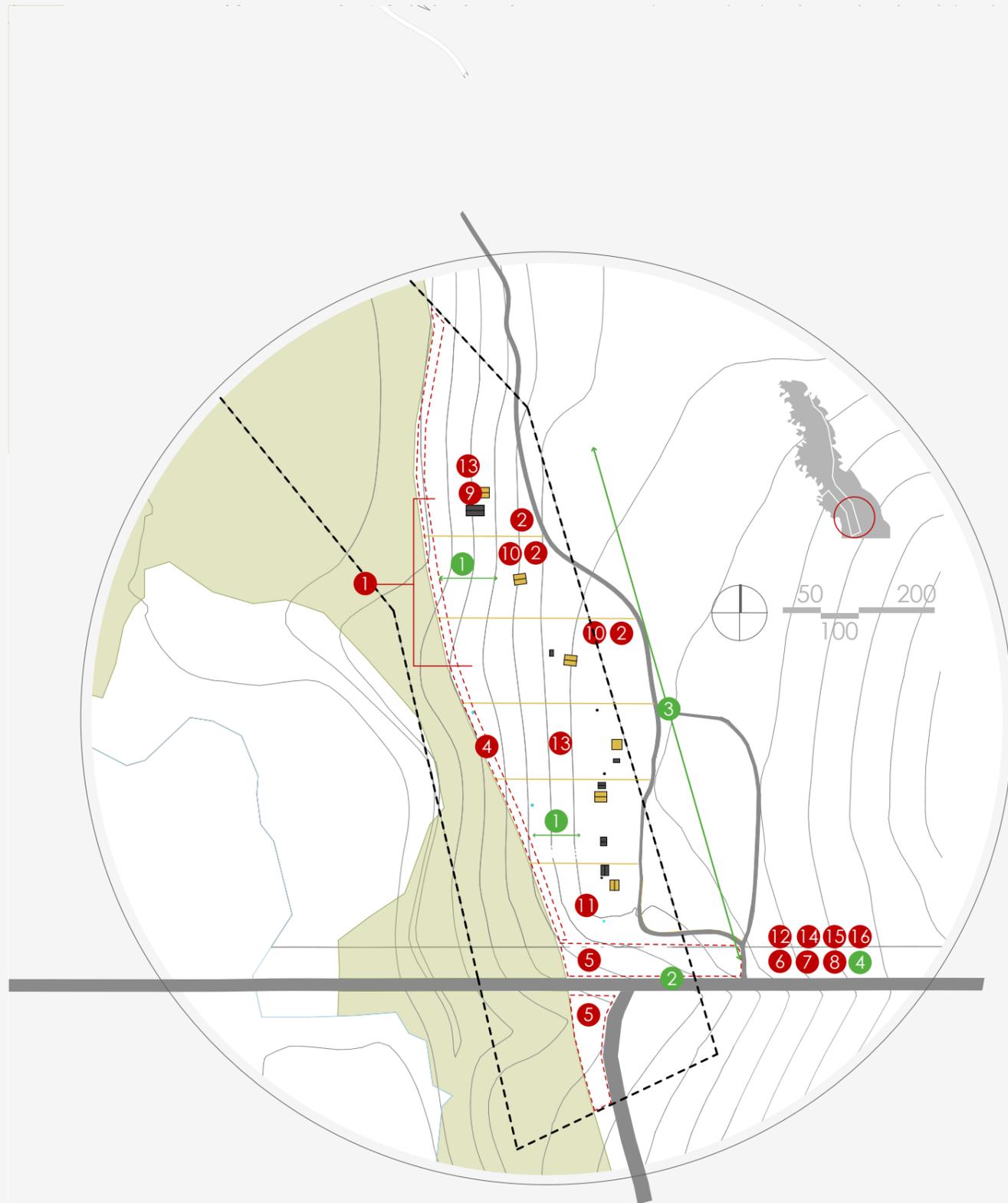
MAPA DE PROBLEMÁTICAS E POTENCIALIDADE

Uso e Ocupação geral



MAPA DE PROBLEMÁTICAS E POTENCIALIDADE

Núcleo Habitacional



PROBLEMAS

- PRODUÇÃO FAMILIAR**
- 1 Tamanho desproporcional dos lotes
 - 2 Lotes com condição mais desfavorável ao plantio devido a arborização e por estarem localizados nas curvas de nível mais baixas
 - 3 Falta de setorização entre a criação de animais (principalmente de aves) e o cultivo de alimentos
 - 4 Faixa de transição para o banhado, com maior dificuldade para cultivo
 - 5 Área sujeita à inundações
- INFRAESTRUTURA**
- 6 Falta abastecimento de água adequada, com coleta e distribuição segura
 - 7 Carência de abastecimento de energia elétrica
 - 8 Carência de espaços coletivos destinados para assembleias, festividades
 - 9 Galpão para armazenamento de maquinário sem fechamentos laterais para proteção contra rajadas de ventos e chuva
 - 10 Carência de galpão para armazenamento da produção, insumos e equipamentos
 - 11 Proximidade entre criação de porcos, patente e poço pode acarretar na contaminação da água
 - 12 Todas as moradias são autoconstruídas em madeira, sem a necessária atenção à umidade e ao conforto térmico
 - 13 Dimensão das moradias não atendem as demandas e o número de integrantes das famílias
 - 14 Ausência de banheiros nas moradias
 - 15 Pisos e paredes em madeira com frestas
 - 16 Moradias propensas à ação de agentes patológicos biológicos (cupim) e climáticos (umidade) pois as madeiras utilizadas não receberam tratamento prévio

POTENCIALIDADES

- 1 Desnível mais acentuado próximo ao banhado favorece a drenagem do imóvel no sentido leste-oeste
- 2 BR-280 é assistida por rede elétrica pública
- 3 Proximidade entre as moradias facilita a distribuição de infraestruturas, como energia elétrica e abastecimento d'água
- 4 Considerando o caráter provisório das construções, as moradias são passíveis de realocação e reaproveitamento de determinados materiais



"Tu és com os teus irmãos quase todo o Brasil.
És tu quem mata a nossa fome. E morre de fome.
És tu quem nos veste. E vive de tanga.
Dás o soldado para defender a Pátria. E a Pátria te esquece.
Dás o capanga para o latifúndio.
E o capanga te esmaga.
Dás a esmola para a igreja. E a igreja te pede
resignação em nome de Cristo.
Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade.
Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão.
Quer dizer casa. Quer dizer remédio.
Quer dizer escola. Quer dizer paz.
Eu te apontarei esses caminhos.
Mas eu te digo e repito:
não adiante a viagem se tu fores sozinho.
Convida seu irmão sem terra ou de pouca terra.
E pede que ele convide outro.
No começo serão dois.
Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil.
E no fim serão todos. Marchando unidos.
Como unidos vão à feira, à festa, à missa,
ao culto, ao enterro, à eleição.
Digo e repito: a união é a mãe da liberdade.
São muitos os caminhos por onde poderás
viajar com os teus irmãos. (...)
Eu te explicarei tudo isso trocando em miudinho.
Tenho a esperança de acender uma luz no teu espírito.
De espantar o morcego que mora dentro dele chupando a tua
coragem. Esse morcego é o medo. Acesa a luz que espanta o
medo, essa luz, amanhã, crescerá como uma fogueira.
E depois como um incêndio."



3 PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO PRÉ-ASSENTAMENTO TERRA LIVRE

Para balizar as decisões projetuais este trabalho busca se amparar em diretrizes estabelecidas a partir do embasamento teórico, da aproximação com o MST e as famílias do Terra Livre, as visitas técnicas e conversas informais realizadas no Terra Livre, além das análises das condições atuais de ocupação e moradia. O esquema a seguir evidencia as principais diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento das propostas.



ASPECTOS SOCIAIS

Favorecer a **interação social** com espaços de uso múltiplo destinados à reuniões, assembléias, hospedagens e festividades

Favorecer a **autogestão** dos moradores sobre os processos produtivos do assentamento



ASPECTOS PRODUTIVOS

Garantir a viabilidade de criação de assentamento rural produtivo com capacidade mínima para 6 famílias

Garantir a **permanência das 6 famílias**, com geração de renda provinda da agricultura familiar

Favorecer a **produção individual** nas áreas próximas às moradias, com áreas de plantio coletivas nas áreas de lavoura

Priorizar o **cultivo e manejo agroecológico** do solo

Garantir condições para o **armazenamento e distribuição da produção**

Garantir a **preservação ambiental** das matas nativas e áreas de várzea



ASPECTOS HABITACIONAIS

Garantir moradia adequada às condições ambientais locais, como **umidade do solo, temperatura, ventos predominantes e insolação**

Garantir que a moradia atenda às **demandas e especificidades culturais e sociais das famílias assentadas**, como fogão à lenha, roda de chimarrão e aproximações entre moradia e espaço de trabalho

Utilizar técnicas construtivas com **viabilidade financeira, disponibilidade na região, sustentabilidade, com executabilidade e que favoreçam a autonomia dos moradores** na ampliação, reforma e manutenção da edificação

Garantir a **autonomia dos moradores no processo de produção da moradia e das benfeitorias** no lote

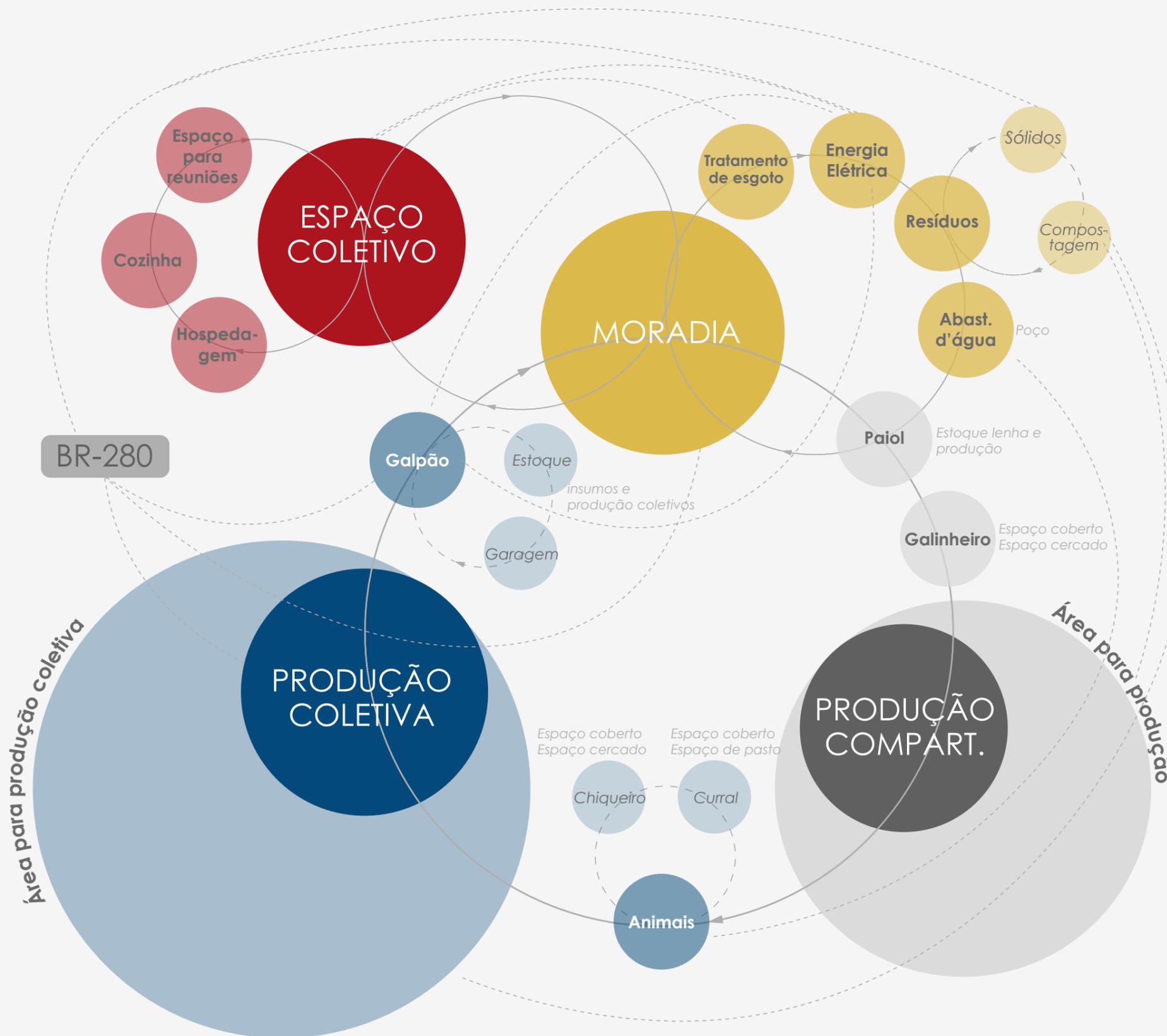
Garantir tratamento de esgoto, acesso à água potável e fornecimento de energia elétrica com otimização de recursos e sustentabilidade

Prever a possibilidade de **ampliação** das unidades habitacionais e a possibilidade de **construção em etapas**

Incentivar o uso de **sistemas alternativos** e sustentáveis voltados à geração de energia, aquecimento e captação d'água, tratamento de resíduos e esgotos, etc.

PROGRAMA E DIAGRAMA DE USOS

Proposta Terra Livre



Considerando as limitações do imóvel do ponto de vista produtivo, intenta-se promover a coletivização das terras agricultáveis, concentrando a moradia na proximidade com a BR-280. Desta forma, otimiza-se a setorização das áreas produtivas e evita divisões desproporcionais de terras entre as famílias.

Este trabalho não engloba formas possíveis de produção, sendo necessário um Plano de Manejo e Produção que concilie as necessidades das famílias, limitações da terra, garantindo o sustento e a permanência dos moradores.

Desta forma, o programa que balizou a proposta de setorização e implantação das moradias no Terra Livre contempla as seguintes atividades:

Espaços Compartilhados

6 unidades habitacionais que atendam as demandas das famílias do Pré-Assentamento Terra Livre contendo os seguintes equipamentos:

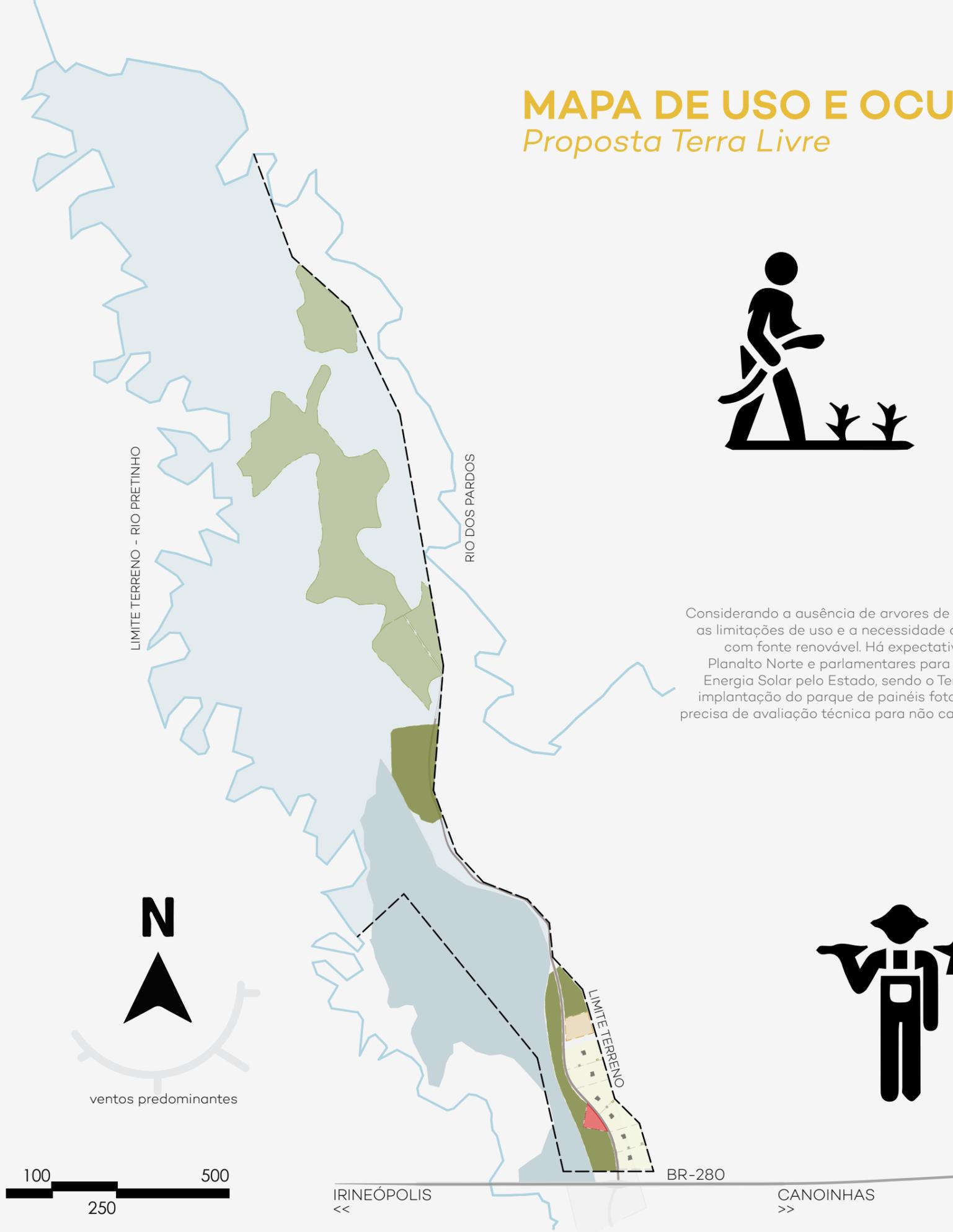
- Paioi para estoque de lenha;
- Espaço para cultivo familiar (horta, pomar);
- Criadouro de aves e animais domésticos;

Espaços Coletivos

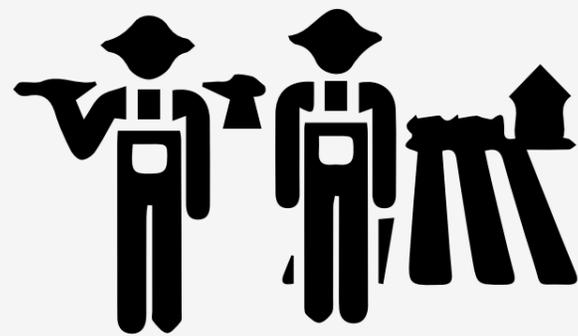
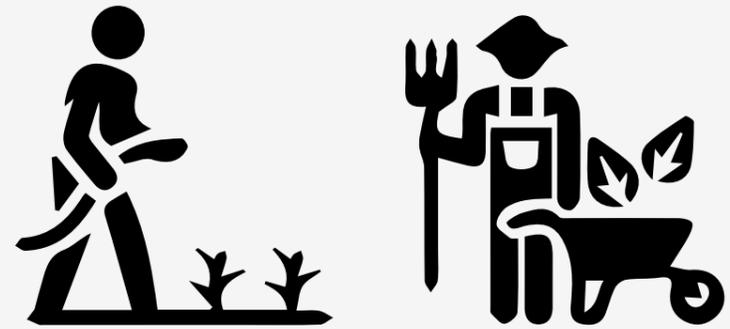
- Área de plantio coletiva;
- Galpão para armazenamento da produção;
- Garagem para maquinário;
- Espaço para conserto do maquinário;
- Criadouro de suínos e bovinos;
- Espaço comunitário par reuniões, assembléias e hospedagens;
- Poço de captação e armazenamento d'água;
- Espaço para tratamento de esgoto;
- Compostagem
- Vias de acesso e conexão entre as áreas produtivas, habitacionais e a BR-280

MAPA DE USO E OCUPAÇÃO

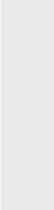
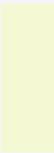
Proposta Terra Livre



Considerando a ausência de árvores de grande porte nas áreas alagadas, as limitações de uso e a necessidade de promover a geração de energia com fonte renovável. Há expectativa por parte do Núcleo do MST no Planalto Norte e parlamentares para a construção de Cooperativas de Energia Solar pelo Estado, sendo o Terra Livre um potencial local para a implantação do parque de painéis fotovoltaicos. A proposta, no entanto, precisa de avaliação técnica para não causar danos à rica biodiversidades do banhado



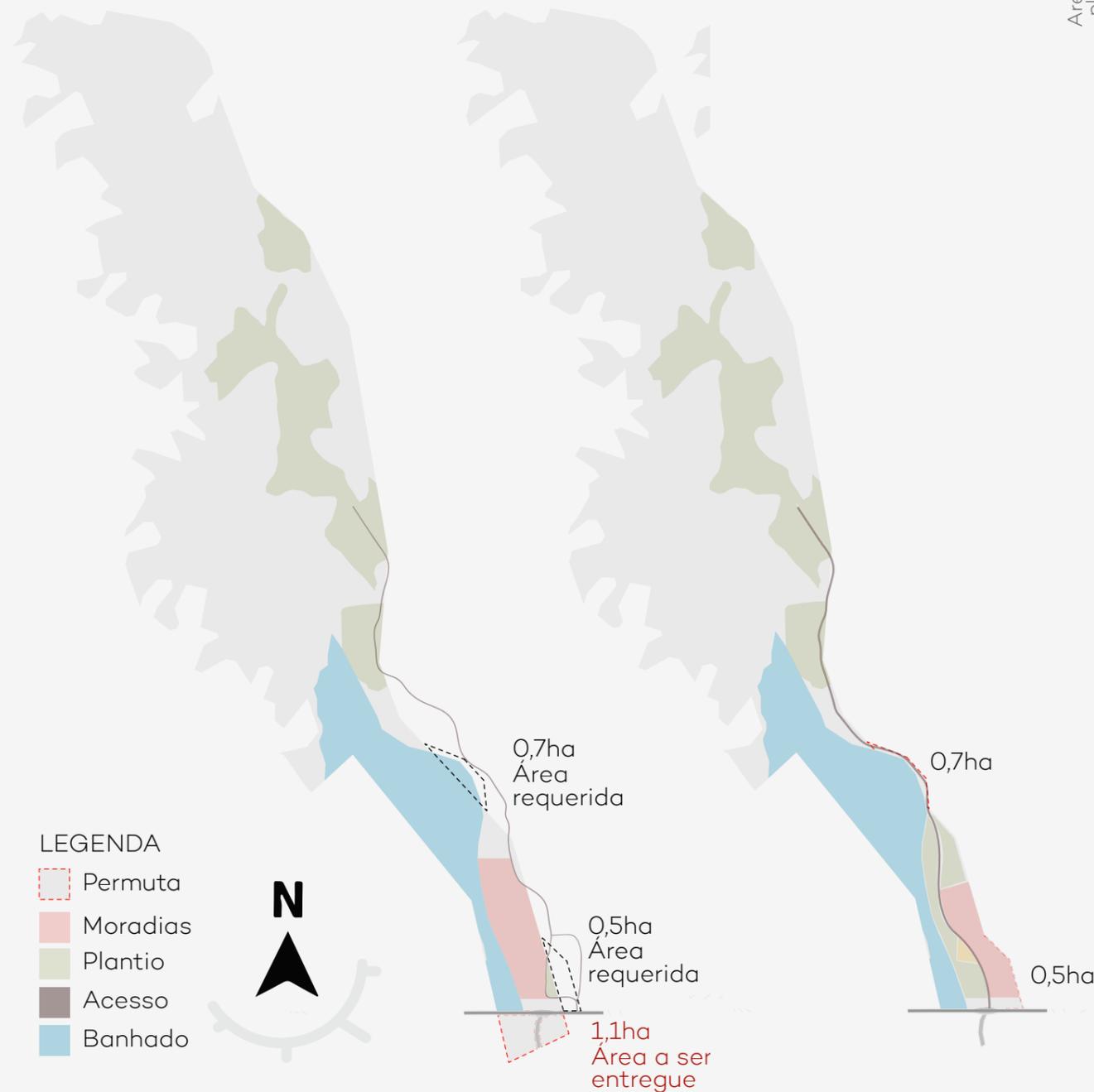
LEGENDA

- 
ÁREA COLETIVA DE PLANTIO A
 Espaço de plantio coletivo com áreas adequadas ao cultivo, localizadas próxima às moradias.
- 
ÁREA COLETIVA DE PLANTIO B
 Espaço utilizado pelas famílias do Terra Livre para a produção de grãos. No entanto, tendo em vista a proximidade da área com o banhado, recomenda-se o plantio com baixo impacto ambiental, sendo a produção agroecológica um caminho fortuito.
- 
ÁREA INTERMEDIÁRIA DE BANHADO
 Área ambientalmente sensível, estando saturada por água por longo períodos do ano e considerada APP pelo Código Florestal. Cabe destacar que em áreas específicas do terreno é possível a utilização para manejo ecológico, mediante aprovação do órgão fiscalizador.
- 
ÁREA DE BANHADO
 Área mapeada pelo INCRA como banhado e, portanto, considerada Área de Preservação Permanente.
- 
CRIAÇÃO COLETIVA DE ANIMAIS
 Área coletiva destinada para a criação de animais de grande porte, como vacas e porcos.
- 
NÚCLEO COMUNITÁRIO
 Centralidade coletiva do Terra Livre, com sala e cozinha comunitárias, além do Galpão para Armazenamento da produção coletiva, do maquinário, implementos e insumos.
- 
NÚCLEO HABITACIONAL
 Área destinada às moradias das 6 famílias do Terra Livre. Os lotes, dispostos de maneira linear, concentram as hortas familiares, paiol e galinheiro compartilhado.

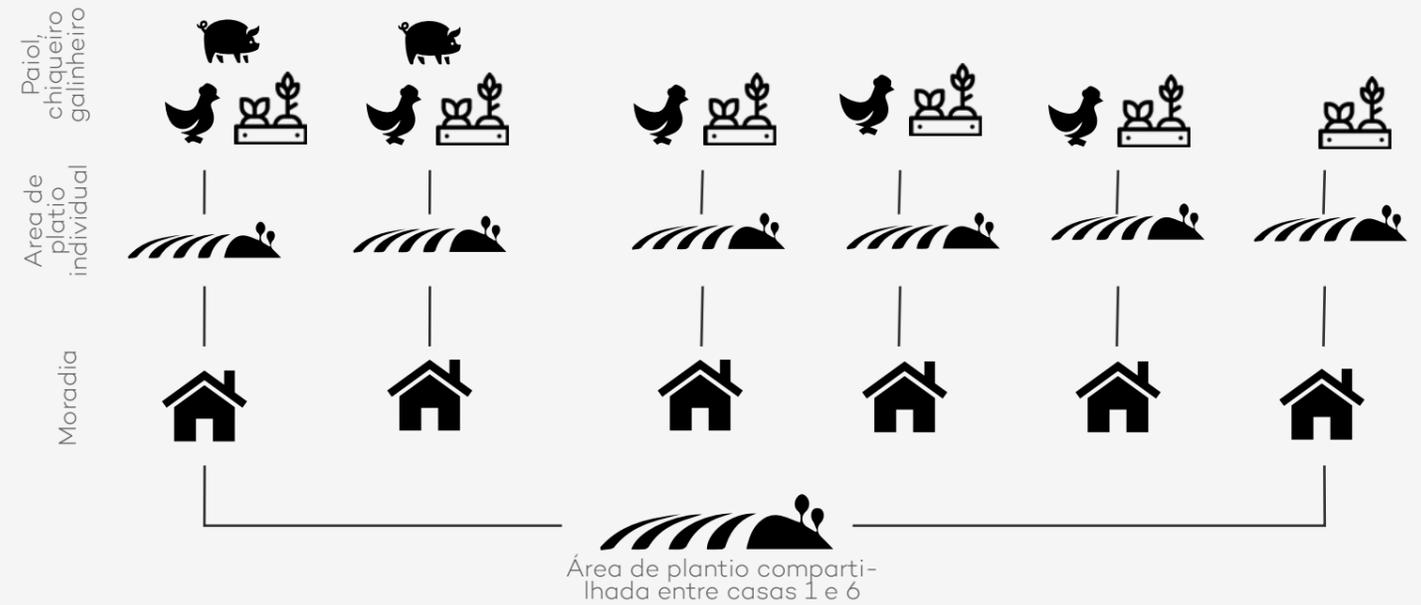
PERMUTA E ESQUEMA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Terra Livre

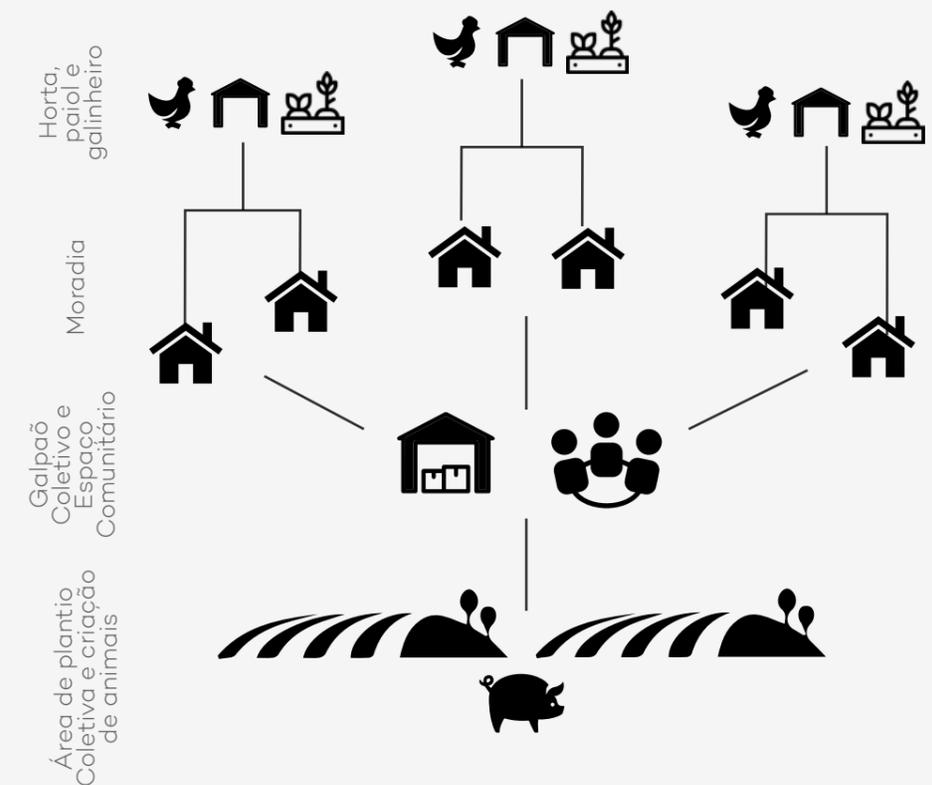
Considerando a necessidade de transpor o banhado para acessar grande área produtiva do terreno, recomenda-se realizar permuta de terra. Ou seja, o terreno localizado ao sul da BR-280 passaria para a posse da família latifundiária, enquanto as famílias do Terra Livre adquirem duas porções. A primeira lindeira à BR-280, ampliando a área do núcleo habitacional e a segunda compreende a porção necessária para construir uma via de conexão entre o núcleo habitacional e as áreas de plantio coletivo ao norte.



ESTRUTURA ATUAL DO TERRA LIVRE



ESTRUTURA PROPOSTA





2,5m 7,5m 15m

CORTE AA

NÚCLEO HABITACIONAL

Equipamentos

01

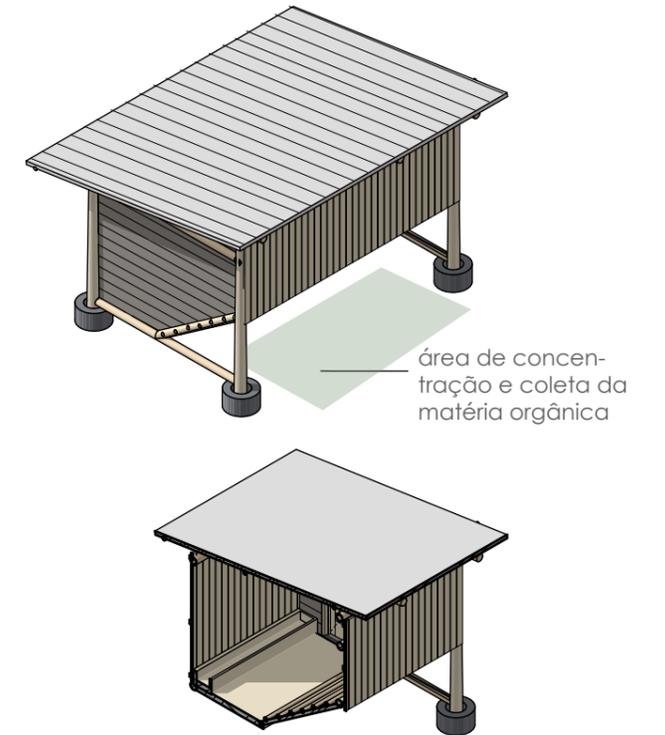
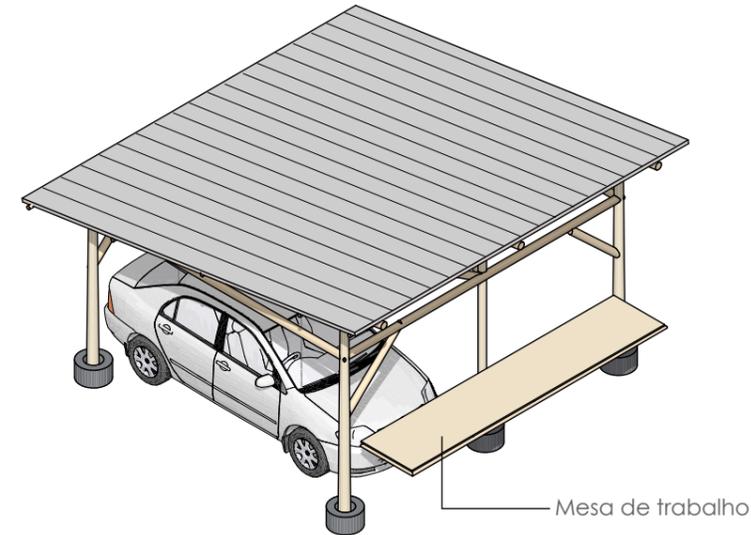
Caixa d'água familiar

Estrutura em madeira roliça de eucalipto. Fundação em pneus preenchidos com solo cimento para proteção da madeira. 500L

02

Caixa d'água coletiva

Estrutura em madeira roliça de eucalipto reforçada. Fundação em pneus preenchidos com solo cimento para proteção da madeira. 3.000L



03

Paio

Estrutura em madeira roliça de eucalipto para garagem e armazenamento de lenha para o inverno. Possibilidade de fechamentos com trama de bambu, se necessário.

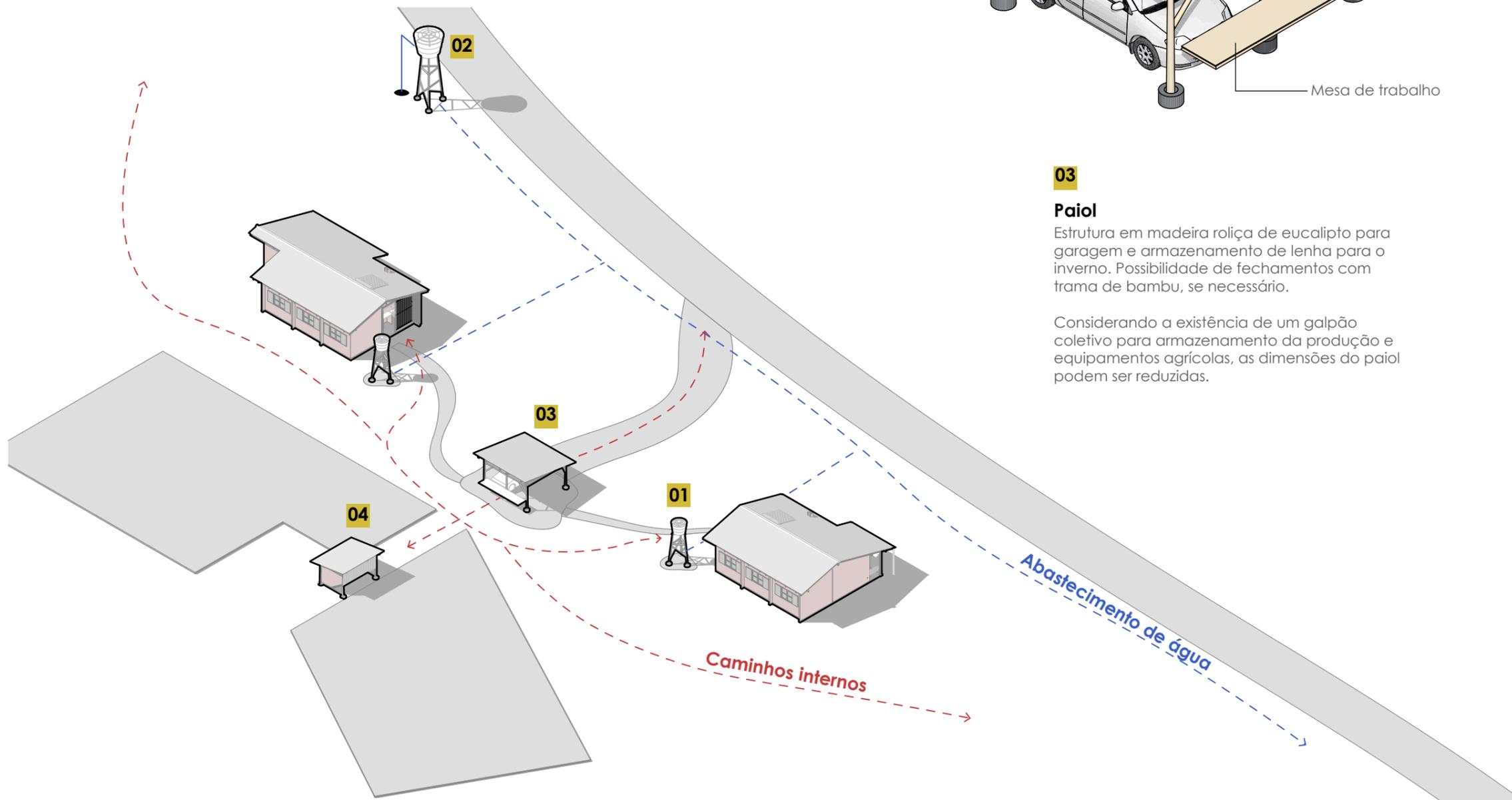
Considerando a existência de um galpão coletivo para armazenamento da produção e equipamentos agrícolas, as dimensões do paio podem ser reduzidas.

04

Galinheiro

O galinheiro é conformado por uma área a céu aberto cercada e uma estrutura para abrigo.

O abrigo possui estrutura em madeira roliça, com vedação em tábuas de madeira. Especialmente, possui área para coleta de ovos e puleiro. Abaixo do puleiro a vedação é em tela para facilitar a extração de matéria orgânica





5 PROPOSTA MORADIA

Como abordado no TCC1, a moradia rural compreende um conjunto de equipamentos e especificidades que a difere da moradia urbana. Deste modo, o ensaio projetual apresentado a a seguir buscou conciliar as teorizações sobre moradia rural com as características culturais das famílias do Terra Livre.

Os principais critérios adotados foram:

- A escolha dos materiais construtivos deve considerar: a disponibilidade na região, baixo custo, fácil instalação e manutenção, com durabilidade;
- As técnicas construtivas adotadas devem corresponder aos ventos predominantes, índices pluviométricos (beiral), altitude, temperatura, umidade do solo (piso elevado) e insolação, evitando riscos de patologias decorrentes da umidade, frio, inundação etc;
- Garantir que a moradia possua durabilidade com baixa manutenção;
- Prever possibilidade de expansão das moradias conforme demanda da família.
- Prever aquecimento solar, captação d'água pluvial e tratamento de esgoto alternativo

Considerando a ausência de recursos para a construção da moradia, propõem-se um núcleo embrião que concentra a demanda básica da família, com possibilidade de expansão futura. O núcleo possui uma cozinha que estrutura e organiza os fluxos; sala de estar; varanda; banheiro, dormitório e área de serviço.

Do ponto de vista construtivo, a moradia possui parede autoportantes de Bloco de Terra Comprimido moldado no local. Isto porque o material possui alta resposta térmica às oscilações de temperaturas na região, é ecológico e passível de apropriação da técnica construtiva por parte dos moradores.

Recomenda-se que o Núcleo Regional do MST no Planalto Norte Catarinense adquira uma prensa semiautomática para auxiliar os assentamentos da região da construção de suas benfeitorias com baixa recurso. Deste modo, além de auxiliar o Terra Livre, o maquinário pode contribuir com diversas outras famílias que possuem limitações de recursos para a melhoria habitacional.

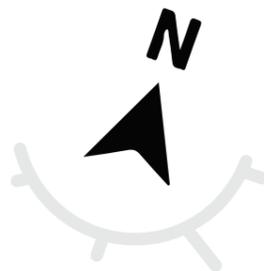
Para a produção dos blocos é necessário realizar a análise do solo para garantir a proporção de silte, argila, areia e cal (ou cimento) adequados.



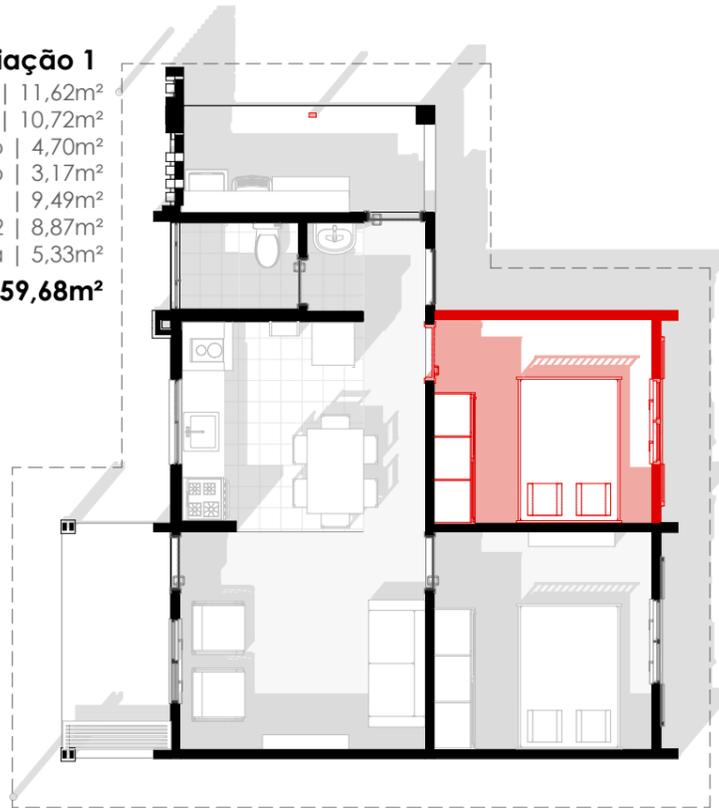
AMPLIAÇÕES

Planta Baixa
Esc. 1/100

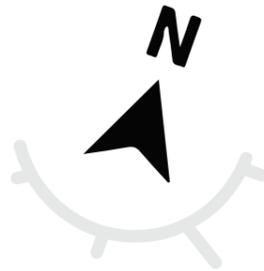
AMPLIAÇÃO A



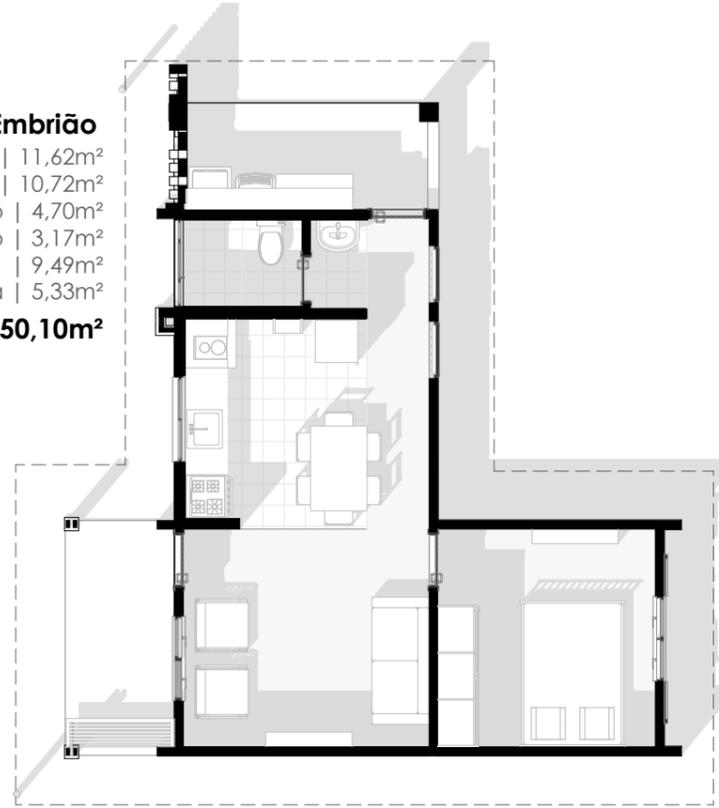
Ampliação 1
Cozinha | 11,62m²
Sala Estar | 10,72m²
A. Serviço | 4,70m²
Banheiro | 3,17m²
Dormitório 1 | 9,49m²
Dormitório 2 | 8,87m²
Varanda | 5,33m²
59,68m²



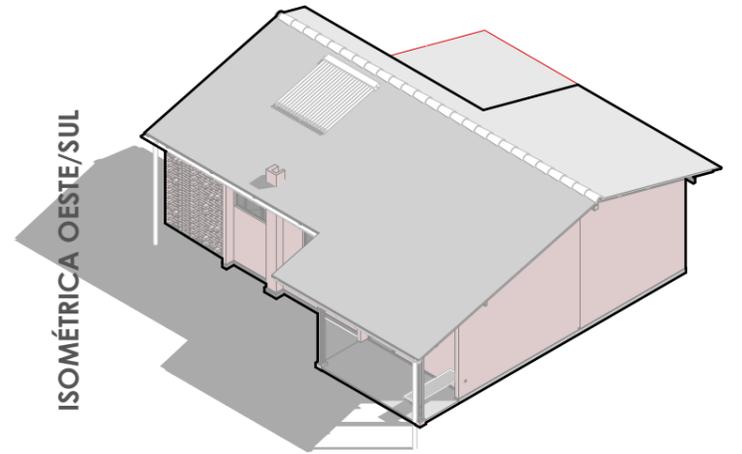
NÚCLEO EMBRIÃO



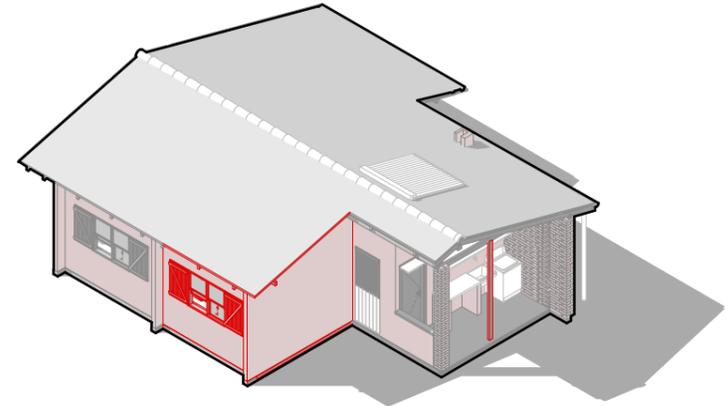
Embrião
Cozinha | 11,62m²
Sala Estar | 10,72m²
A. Serviço | 4,70m²
Banheiro | 3,17m²
Dormitório 1 | 9,49m²
Varanda | 5,33m²
50,10m²



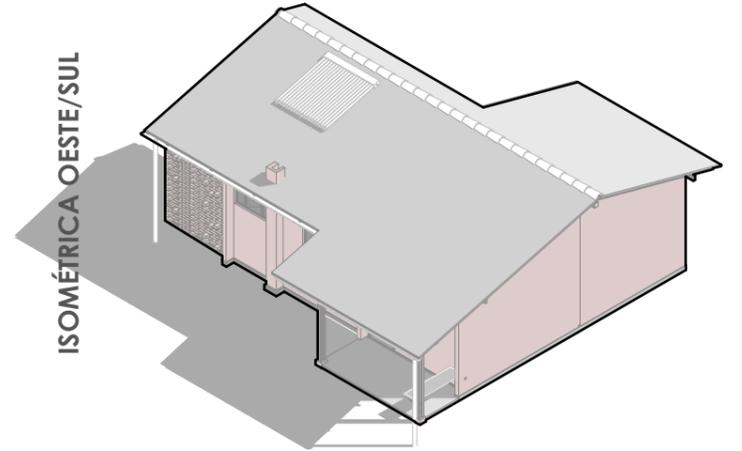
ISOMÉTRICA OESTE/SUL



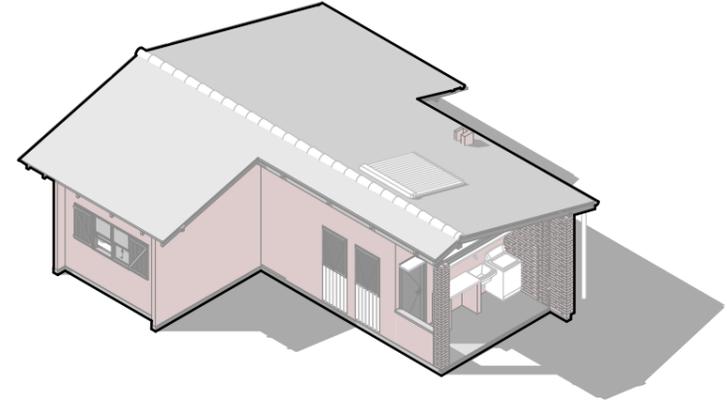
ISOMÉTRICA LESTE/NORTE



ISOMÉTRICA OESTE/SUL



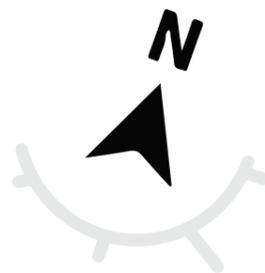
ISOMÉTRICA LESTE/NORTE



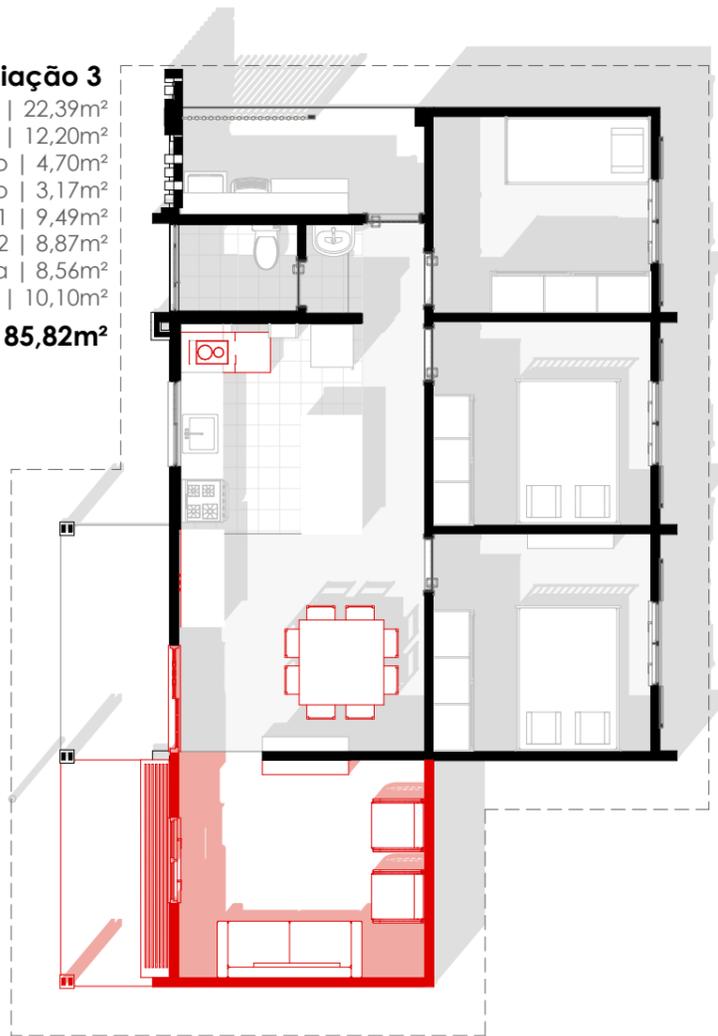
AMPLIAÇÕES

Planta Baixa
Esc. 1/100

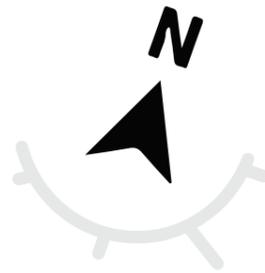
AMPLIAÇÃO C



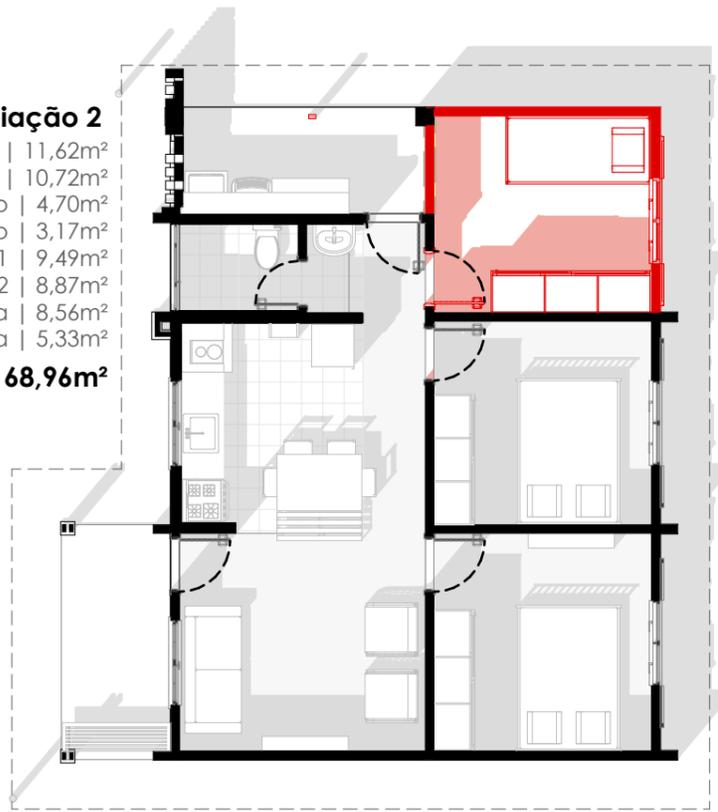
Ampliação 3	
Cozinha	22,39m ²
Sala Estar	12,20m ²
A. Serviço	4,70m ²
Banheiro	3,17m ²
Dormitório 1	9,49m ²
Dormitório 2	8,87m ²
Dormitório 3/Despensa	8,56m ²
Varanda	10,10m ²
Total	85,82m²



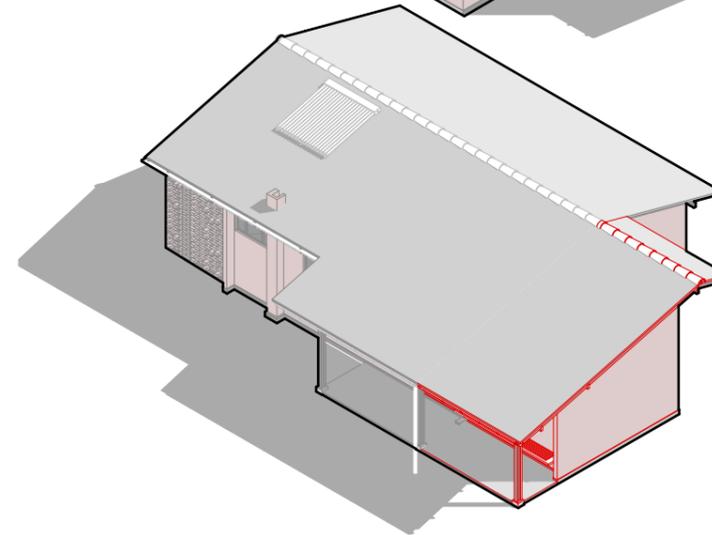
AMPLIAÇÃO B



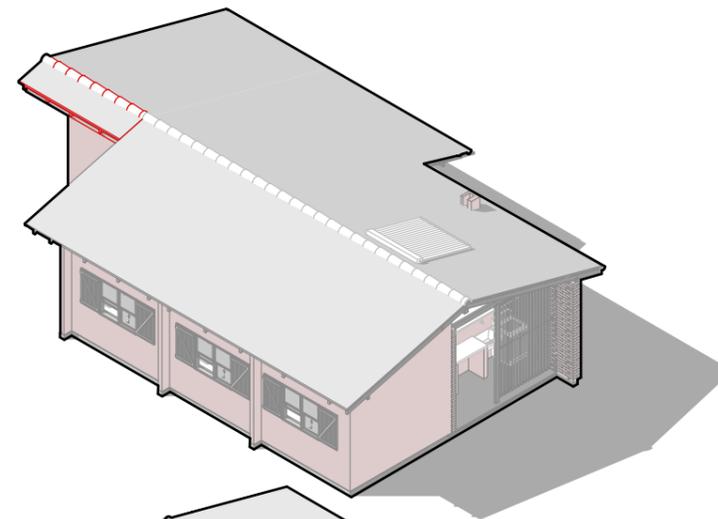
Ampliação 2	
Cozinha	11,62m ²
Sala Estar	10,72m ²
A. Serviço	4,70m ²
Banheiro	3,17m ²
Dormitório 1	9,49m ²
Dormitório 2	8,87m ²
Dormitório 3/Despensa	8,56m ²
Varanda	5,33m ²
Total	68,96m²



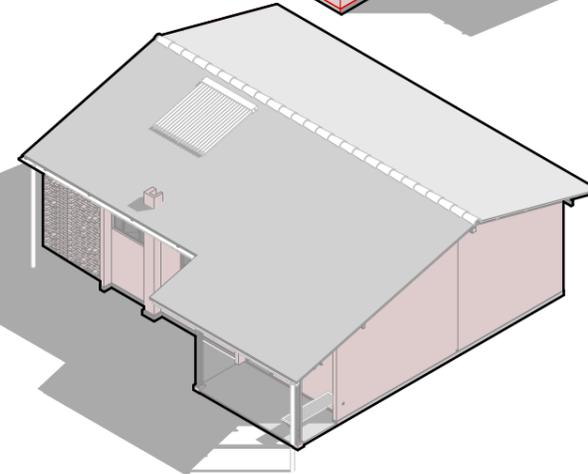
ISOMÉTRICA OESTE/SUL



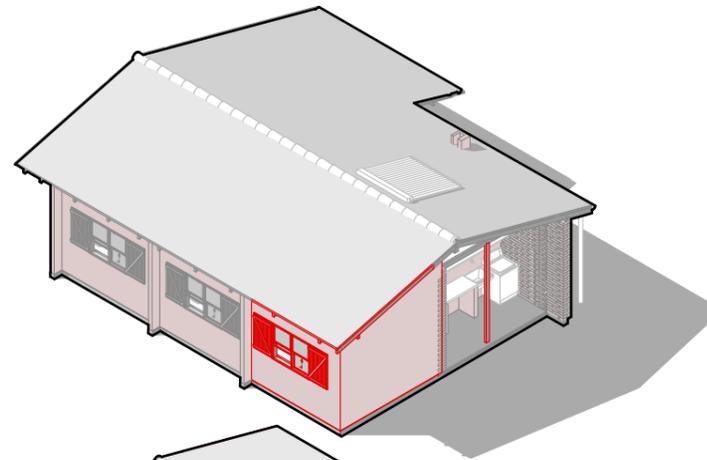
ISOMÉTRICA LESTE/NORTE



ISOMÉTRICA OESTE/SUL



ISOMÉTRICA LESTE/NORTE





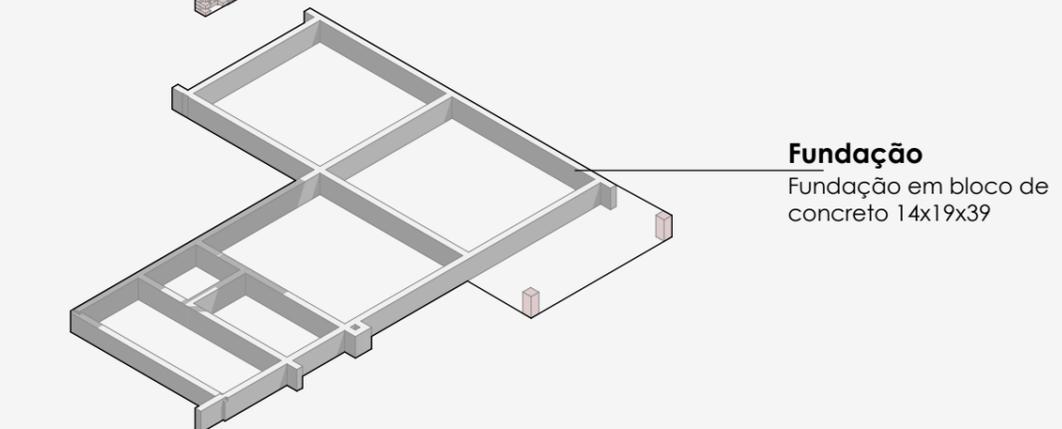
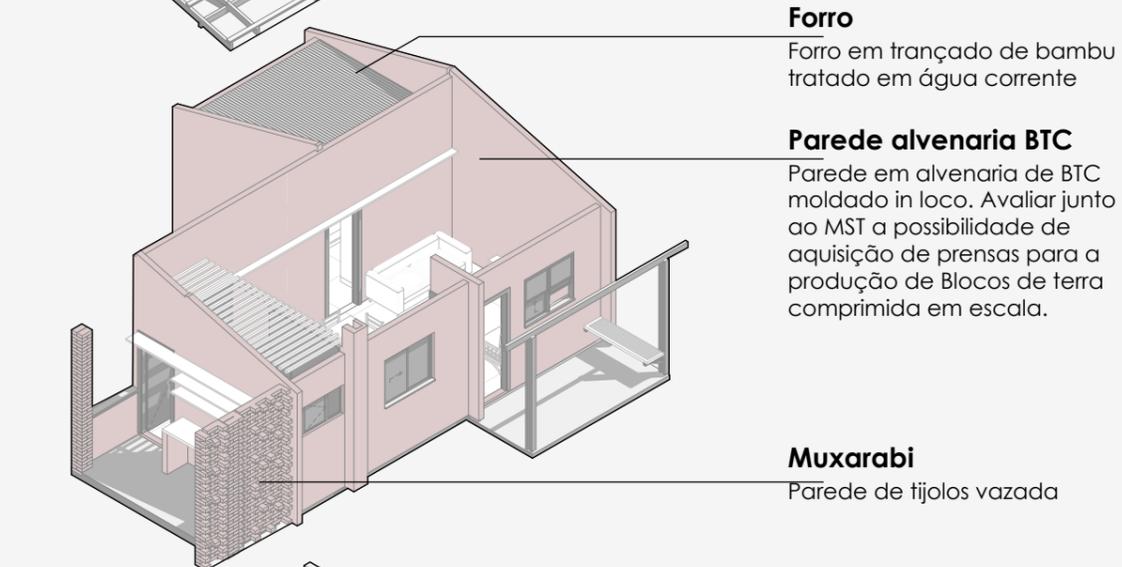
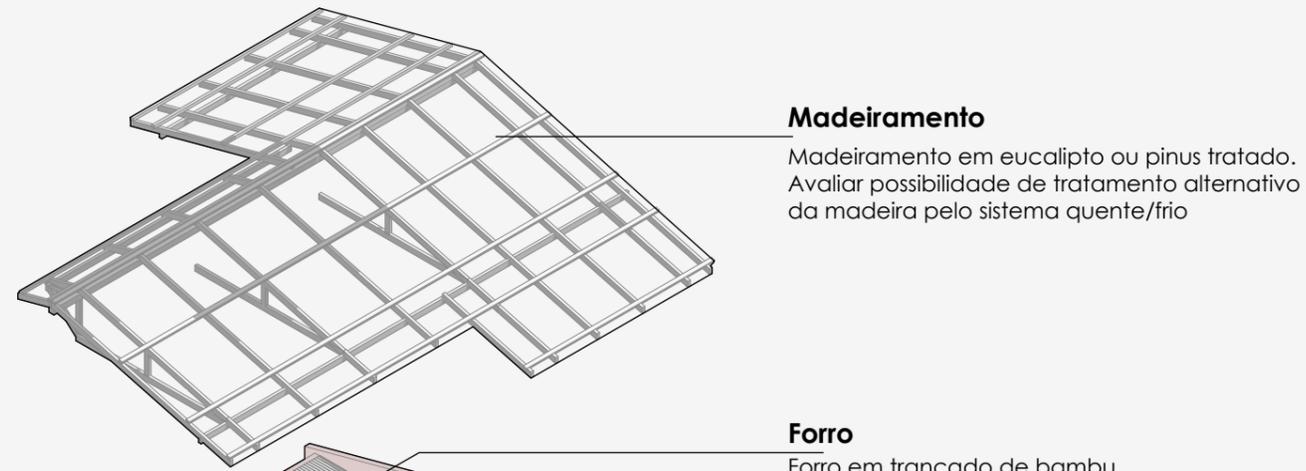
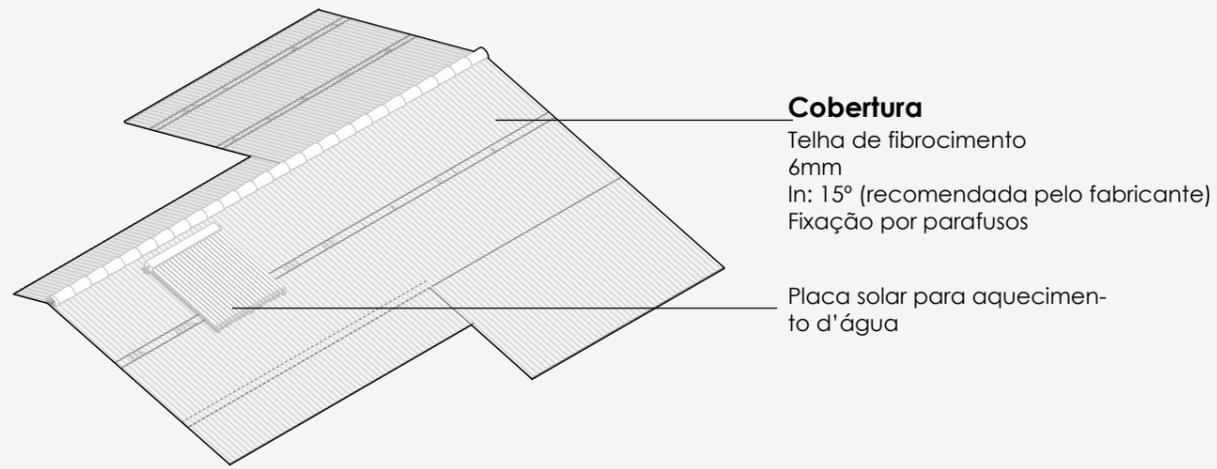


ISOMÉTRICA EXPLODIDA

Esc. 1/200

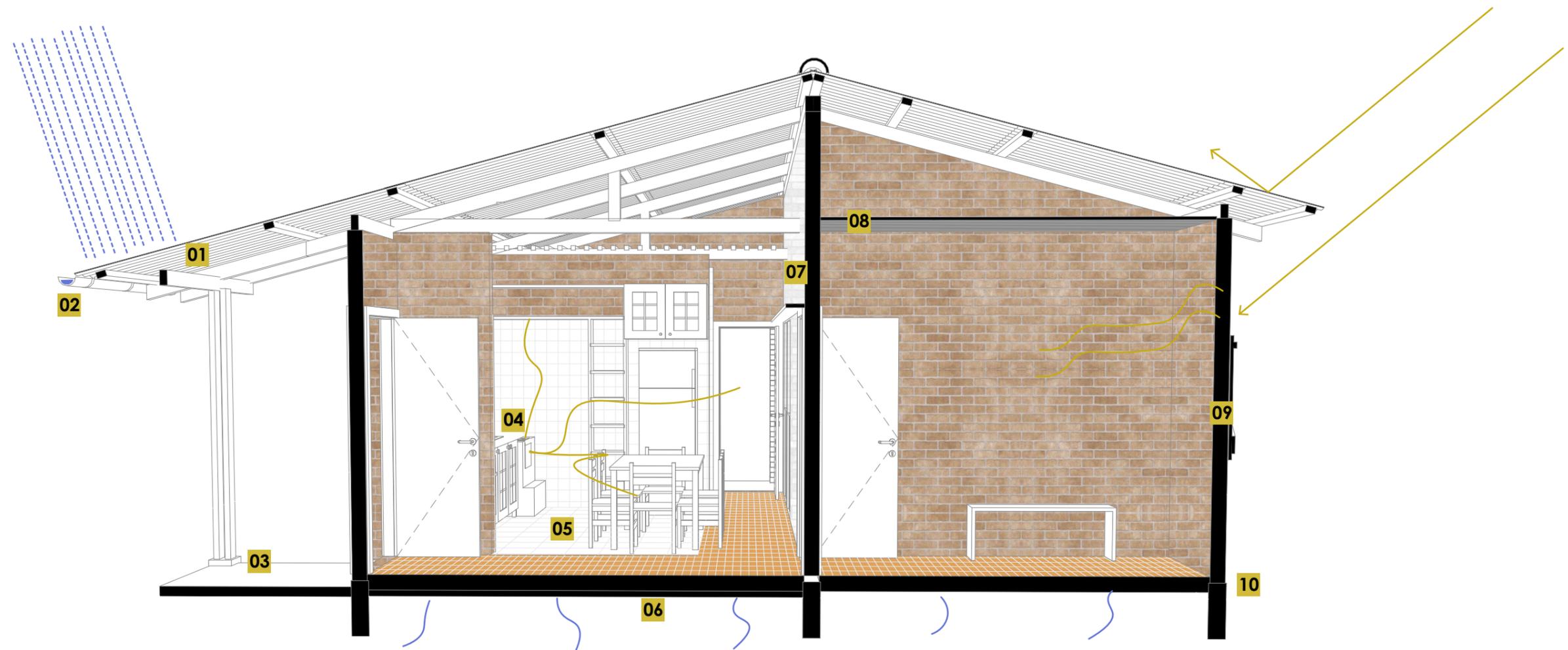
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Esc. 1/100



ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS

Corte Perspectivado
Sem escala



01 Beiral

Beiral em todas as paredes externas para a proteção das paredes

02 Captação da água da Chuva

Calha em PVC fixada nos caibros. Água de reuso para áreas externas. Nos locais onde não é possível instalar a calha, recomenda-se construir uma vala com entulhos para evitar respingos excessivos

03 Pilar de madeira

Pilar de madeira afastado do solo para proteger da umidade

04 Fogão a lenha

Fogão a lenha no interior da cozinha para o aquecimento da casa nos meses de frio intenso

05 Revestimento

Emprego de revestimento cerâmico e piso nas áreas molhadas.

06 Piso

Piso em BTC com base e superfície impermeabilizadas

07 Parede clara

Parede estruturante da casa com superfície interna pintada em cor clara para aumentar a luminosidade no ambiente

08 Forro

Forro duplo de bambu trançado para melhoria do conforto térmico nos dormitórios

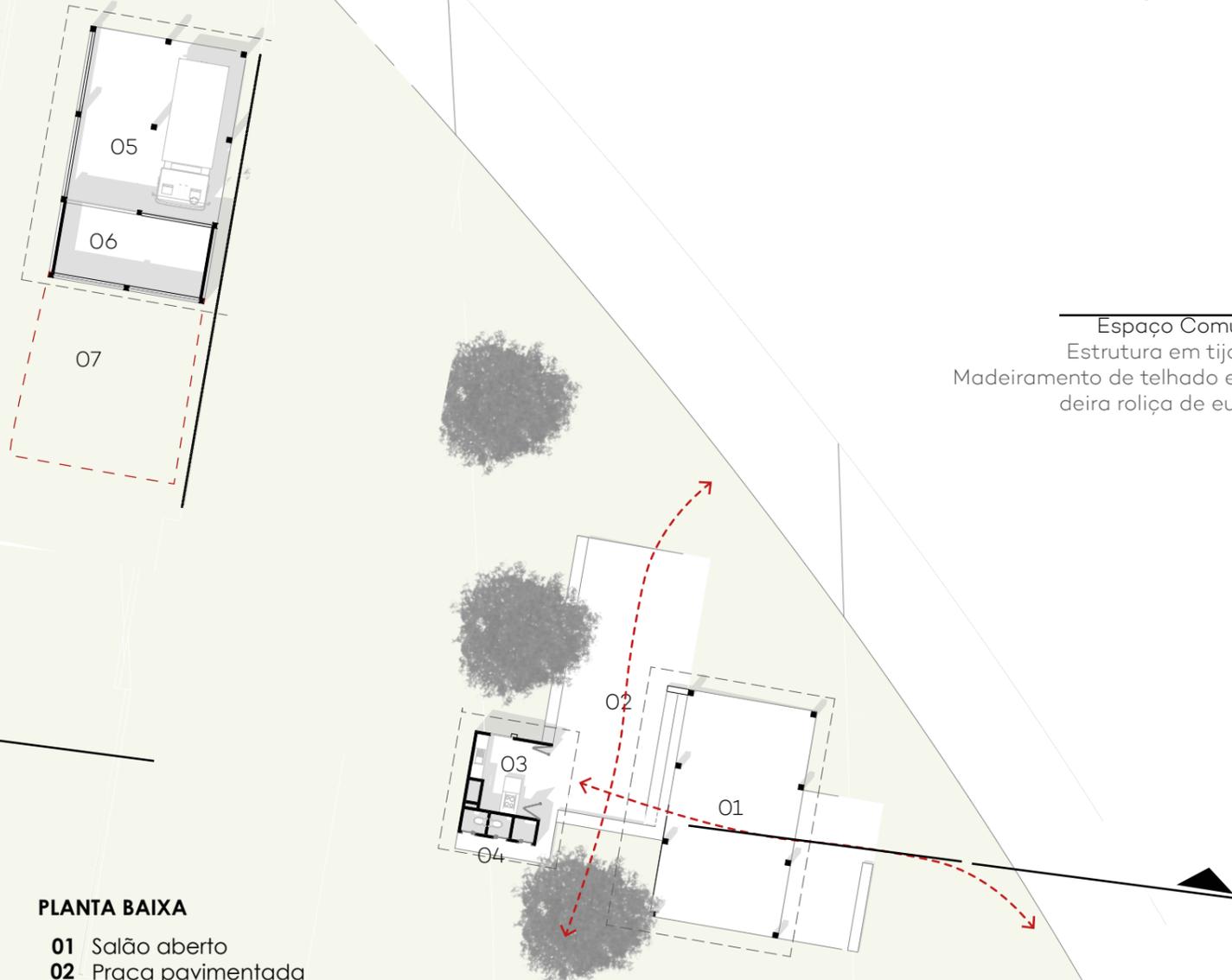
09 Esquadrias

Janelas moldadas no canteiro a partir do madeiramento da atual moradia. Nos quartos recomenda-se o emprego de veneziana externa para aumento do conforto térmico

10 Fundação

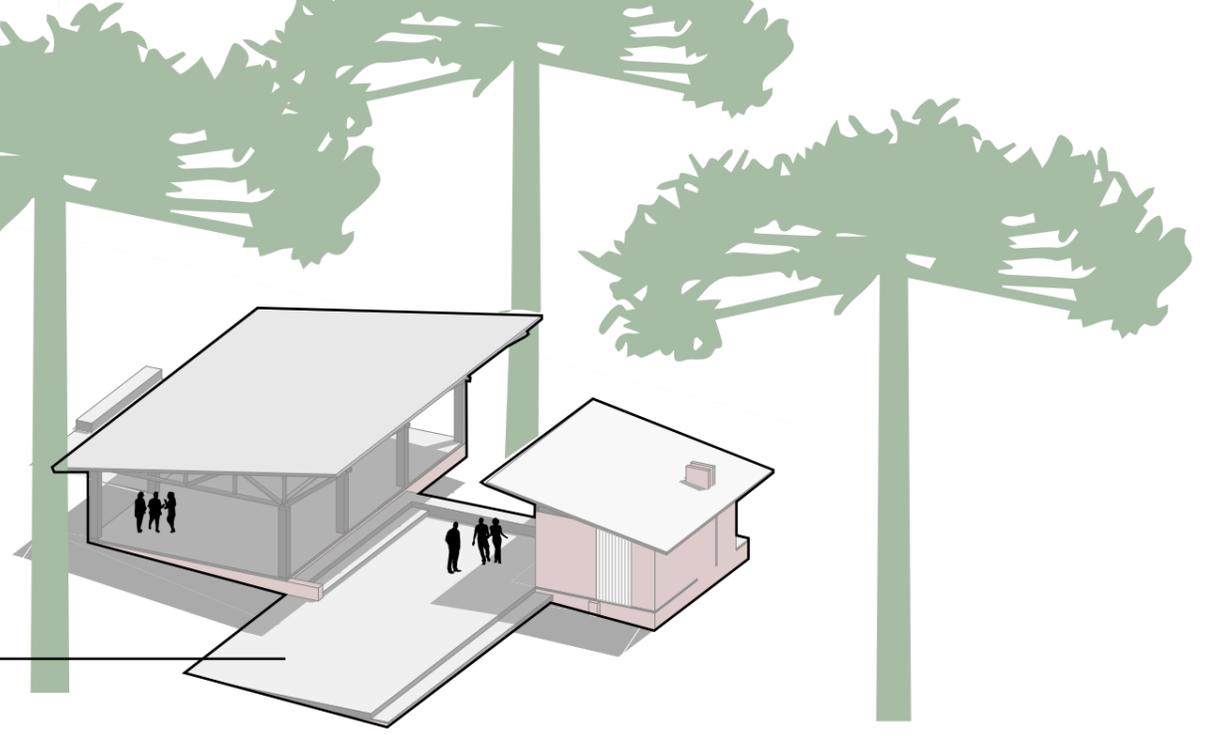
Fundação elevada para a proteção da parede contra umidade

6 PROPOSTA CENTRO COMUNITÁRIO



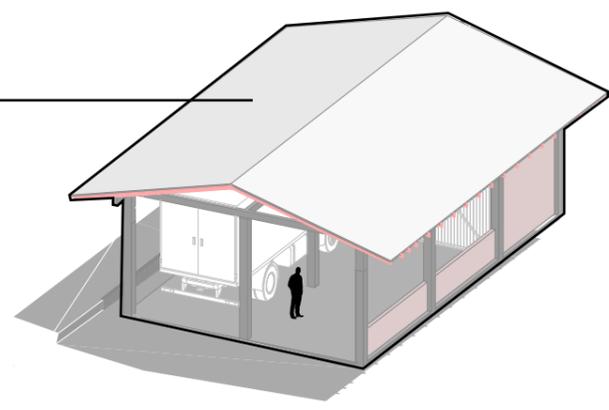
- PLANTA BAIXA**
- 01 Salão aberto
 - 02 Praça pavimentada
 - 03 Cozinha Coletiva com fogão à lenha e churrasqueira
 - 04 Sanitários e chuveiro
 - 05 Garagem de máquinas
 - 06 Estoque de produção e insumos
 - 07 Área para ampliação do Galpão a depender do tipo de produção adotada

Espaço Comunitário
Estrutura em tijolo BTC
Madeiramento de telhado em madeira roliça de eucalipto



Galpão Coletivo
Estrutura em tijolo BTC
Madeiramento de telhado em madeira roliça de eucalipto

Espaço de garagem aberto com pequena oficina.
Ao fundo, espaço fechado para estocagem da produção, insumos e equipamentos



ISOMÉTRICA



CORTE



REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4ª Região). **Ação Ordinária (Procedimento Comum Ordinário) Nº 2009.72.14.001199-5/SC**. Autor: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Réu: Espólio de Antonio Roque Thomasi e Alfredo Carlos Thomasi. Juíz: Fábio Delmiro dos Santos, 06 de maio de 2015.

BRASIL. Decreto nº 9424, de 26 de junho de 2018. **Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária**. Lex: Secretaria Geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

CURIONI, Antonio Sergio. **A configuração do êxodo rural no assentamento Santa Rosa II Abelardo Luz SC**: uma análise em construção 1986/2008. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Bra-va Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, Coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. 176p.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 275p.

LUCA, Matheus Giacomo de. **Desapropriados pelo exército**: agricultores de Papanduva e suas lutas (1956-1987). Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História. Florianópolis/SC: 2019

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MATAVELLI, Cyro José; SAMBATTI, José Alexandre. **Parecer Técnico**: Viabilidade técnica de proposta de criação de projeto de assentamento. Processo 54210.000050/210-21. Florianópolis, 2011.

MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **Planalto norte catarinense**: algumas considerações sobre aspectos

históricos, características físico-naturais e extrativismo. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 2237-9029) v. 6, n. 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **MST ocupa área do Exército em Santa Catarina**. Site MST: 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/04/16/mst-ocupa-area-do-exercito-em-santa-catarina/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. **A luta de classes no campo e a luta por Reforma Agrária Popular**. Caderno de Formação nº 53. Secretaria Nacional do MST: 2020.

PERES, João. **O passo a passo da união entre mercado financeiro e agronegócio**. O joio e o Trigo, 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/mercado-financeiro-e-agronegocio/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SIGNOR, Andrei Luis. **Habitação rural e agricultura familiar**: permanência no campo e repercussões do PNH. Orientadora: Maria Inês Sugai. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 142, 2019.

SINGER, Paul. **Campo e cidade no contexto histórico latino-americano**. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SINGER, Paul. Caderno CEBRAP 07: cidade e o campo. São Paulo: Caderno Cebrap, 1972, p.03-27. Disponível em: http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/campo_e_cidade_no_contexto.b.p df.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!**: Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina 1910 - 1929. Orientador: Paulo Pinheiro Machado. 2006. 207 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História., [S. l.], 2006.

Dedico este trabalho às famílias do Terra Livre que seguem na luta pelo direito à terra. Espero que a Justiça cumpra nossa constituição e determine a reforma agrária dos 102,3ha reivindicados.